



# CADERNOS DE **EXTENSÃO**

Universidade Federal de Roraima

ISSN 2675-9314  
VOLUME 06, NÚMERO 2 (2021)

# **SOCIEDADE, AMBIENTE VIRTUAL, SAÚDE E BEM-ESTAR**

**PRAE**  
PRÓ-REITORIA DE  
ASSUNTOS ESTUDANTIS  
E EXTENSÃO



UFRR

**2**

A Revista “Cadernos de Extensão”, vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) é um periódico de publicação anual, que visa contribuir com a socialização da prática extensionista por meio da publicação de relatos de experiência nas seguintes áreas temáticas: comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; tecnologia e produção; e trabalho.

Revista Cadernos de Extensão  
Universidade Federal de Roraima

JOSÉ GERALDO TICIANELI  
Reitor

SILVESTRE LOPES DA NÓBREGA  
Vice-reitor

GILSON DE SOUZA COSTA  
Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Extensão

SELMAR DE SOUZA ALMEIDA LEVINO  
Diretora de Extensão

BRENDA RODRIGUES DA SILVA  
Diretora de Assistência Estudantil

FABIO ALMEIDA DE CARVALHO  
Diretor da Editora da UFRR

RONI PETTERSON DE MIRANDA PACHECO  
Coordenador de Comunicação – CoordCom

#### CONSELHO EDITORIAL

Membros do Conselho Editorial da Revista Cadernos de Extensão - Edição 2021

ADRIANA REGINA DA ROCHA CHIRONE – UFRR  
ADRIANE MELO DE CASTRO MENEZES – UFRR  
ANA PAULA DA ROSA DEON – UFRR  
ANDERSON DOS SANTOS PAIVA – UFRR  
BIANCA MAÍRA PAIVA OTTONI BOLDRINI – UFRR  
CAROLINE GOMES COELHO NASCIMENTO – UFRR  
EDGAR JESUS FIGUEIRA BORGES – UFRR  
ELIABE DOS SANTOS PROCOPIO – UFRR  
FERNANDA AX WILHELM – UFRR  
FRANCISCA SILVA E SILVA – UFRR  
GRACIETE GUERRA DA COSTA – UFRR  
HECTOR JOSE GARCIA MENDOZA – UFRR  
IGOR CALAZANS DUARTE DE MENEZES – UFRR  
IJANÍLIO GABRIEL DE ARAÚJO – UFRR  
JÉSSICA MILANEZ TOSIN LIMA – UFRR  
JIMMY IRAN DOS SANTOS MELO – UFRR  
JOANI SILVANA CAPIBERIBE DE LYRA – UFRR  
MARCELO NAPUTANO – UFRR  
MARCUS VINICIUS DA SILVA – UFRR  
MARIA ALEJANDRA ROSALES VERA BARBOSA – UFRR  
MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES – UFRR  
PATRICIA SOCORRO DA COSTA CUNHA – UFRR  
RAPHAELA FERNANDES DOS SANTOS BORGES DE QUEIROZ – UFRR  
RAQUEL ENDALÉCIO MARTINS – UFRR  
RAQUEL VOGES CALDART – UFRR  
ROBERTO CAMARA DE ARAUJO – UFRR  
RONI PETTERSON DE MIRANDA PACHECO – UFRR  
ROSINILDO GALDINO DA SILVA – UFRR  
SANDRA DO NASCIMENTO MOURA – UFRR  
SILVESTRE LOPES DA NOBREGA – UFRR  
THAISY BENTES DE SOUZA – UFRR  
VANIA GRACIELE LEZAN KOWALCZUK – UFRR  
VERÔNICA FAGUNDES ARAÚJO – UFRR  
VERONICA PRUDENTE COSTA – UFRR



**PRAE** PRÓ-REITORIA DE  
**ASSUNTOS ESTUDANTIS  
E EXTENSÃO**

# Editorial

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) por meio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) apresenta mais um volume da Revista Cadernos de Extensão. Neste número, compartilhamos com alegria 12 relatos de experiência que abrangem ações em diversas áreas do conhecimento, onde as lentes atentas dos autores fazem belíssimos recortes de suas vivências.

A Extensão Universitária oportuniza a percepção das diferentes realidades que nos cercam, assim como exercita habilidades e potencializa atitudes cidadãs para o mundo do trabalho e para as relações interpessoais.

Esta publicação acontece no contexto da pandemia da COVID-19 e marca simbolicamente na história da UFRR, a nossa vocação pela resistência, pelo fazer universitário, em manter-se em permanente diálogo com a sociedade, mesmo em tempos difíceis, estamos carregados de sonhos, de esperanças, acima de tudo de compromisso com a vida.



GILSON DE SOUZA COSTA  
Pró-reitor de Assuntos Estudantis e Extensão



### **Comissão Editorial**

Gilson de Souza Costa  
Editor-chefe

Bianca Maira de Paiva Ottoni Boldrini  
Editora

José Otávio Coelho da Silva  
Projeto Gráfico e Diagramação

Maria da Conceição Lopes  
Editora e Revisora

Raphaela Fernandes dos Santos Borges de Queiroz  
Editora e Revisora

Selmar de Souza Almeida Levino  
Editora



**UFRR**

**PRAE** PRÓ-REITORIA DE  
**ASSUNTOS ESTUDANTIS  
E EXTENSÃO**

# Sumário

OFICINA PILOTO DE “HORTA COMUNITÁRIA” COMO DEMANDA DE POVOS INDÍGENAS VENEZUELANOS MIGRANTES EM RORAIMA, AMAZÔNIA, BRASIL .....	6
INCUBADORA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA UFRR .....	10
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ACESSO DE SURDOS MIGRANTES AOS DIREITOS HUMANOS .....	14
AÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS DOS ABRIGOS DE BOA VISTA-RR.....	17
ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	20
PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES: A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA.....	24
APRENDIZAGEM PSICOAFETIVA E PLURILINGUISMO – EMPOWERMENT NA APRENDIZAGEM SOCIOLINGUÍSTICA DOS IDIOMAS ITALIANO, ESPANHOL E INGLÊS .....	28
COMUNICA CCOS: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO.....	31
TREINANDO CAMPEÕES: SENSIBILIZAÇÃO SOBRE HÁBITOS E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS .....	35
I ENCONTRO DO PROFMAT UFRR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	39
VIVÊNCIAS DE UM NÚCLEO DO PIBID NA UFRR DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL .....	42
E’PACHIMANTOK - PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS.....	47



# OFICINA PILOTO DE “HORTA COMUNITÁRIA” COMO DEMANDA DE POVOS INDÍGENAS VENEZUELANOS MIGRANTES EM RORAIMA, AMAZÔNIA, BRASIL

## **Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Breno Caique da Silva Monteiro** - Bacharel em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, Agente de Soluções Indígenas- PADEF, Núcleo de Estudos de Agroecologia e Segurança Alimentar – NEASAN.

**Luís Felipe Paes de Almeida** - Doutor em Botânica, Núcleo de Estudos de Agroecologia e Segurança Alimentar - NEASAN e Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES.

**Paulo Sérgio Maroti** -Doutor em Ciências, Núcleo de Estudos de Agroecologia e Segurança Alimentar - NEASAN e Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários – ITCPES.

A partir do segundo semestre de 2016, momento que marca o agravamento da crise na Venezuela, o processo de deslocamento de venezuelanos (as) para o Brasil se intensificou. Em 2014, tratava-se de pouco mais de 30 Warao em nosso País; entre o final de 2016 e o início de 2017, já se somavam 600 pessoas; em março de 2018, eram cerca de 1.200; e, em dezembro de 2020, a estimativa era de aproximadamente 3.300 indígenas Warao vivendo no Brasil (ACNUR, 2020). No Brasil, até 14 de agosto de 2021, havia um total de 264.157 pessoas refugiadas e migrantes de nacionalidade venezuelana, sendo 101.636 solicitantes da condição de refugiado e 150.196 venezuelanos(as) com autorização de residência (temporária e permanente). Desse número, cerca de cinco mil são indígenas pertencentes às etnias Warao, Pemón, Eñepa, Kariña e Wayúu, em sua maioria com o status legal de solicitantes da condição de refugiado. Os Warao representam 65% desse contingente de indígenas deslocados (ACNUR, 2020).

Uma consequência da migração forçada é o processo de adaptação aos novos hábitos alimentares, ao ambiente alimentar e aos hábitos de vida do país de refúgio. Essa transição de hábitos e costumes é evidenciada como um fator que pode proporcionar insegurança alimentar, por propagar um maior consumo de alimentos industrializados, um menor consumo de alimentos frescos e nutritivos, falta de acesso aos alimentos tradicionais. Além de não ter condições de produzir seu próprio alimento, dependendo de doações sem escolhas alimentares, tornando os povos indígenas vulneráveis ao acesso à alimentação adequada.

A segurança alimentar é definida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem as diversidades culturais e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2016).

O conceito de soberania alimentar foi definido pela Organização Via Campesina consiste no direito que cada nação tem de definir políticas que garantam a segurança alimentar e nutricional de seus povos, incluindo o direito à preservação de práticas de produção e alimentos de cada cultura, além de reconhecer que este processo deva se sustentar em bases sólidas do ponto de vista ambiental, econômico e social. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é inerente a todas as pessoas, contemplando acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidades adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (BRASIL, 2016).

Como estratégia para a superação de Insegurança Alimentar e para o fortalecimento da Medicina Tradicional de Indígena em condições de abrigo, foi criada uma horta comunitária piloto, demandada pelos cursos ofertados. As ações foram implementadas em conjunto com a UFRR e Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento (PADF). O principal objetivo foi oferecer formação para jovens e adultos em situação de refúgio visando a produção de alimentos orgânicos e educação alimentar para uma vida saudável.

O projeto foi desenvolvido no escritório da Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento (PADF), no bairro Mecejana, cidade de Boa Vista (Roraima) em parceria com o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Segurança Alimentar (NEASAN) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES), ambos da UFRR. Dentre as ações desenvolvidas podemos destacar a realização de oficinas e práticas com temática de Agroecologia e Medicina Tradicional com financiamento de recursos, estrutura e materiais pela PADF. Todos os protocolos de Segurança Sanitária para COVID-19 foram respeitados, com o uso de máscaras e atividades em ambientes abertos. As atividades práticas foram desenvolvidas em área com 150 m<sup>2</sup> durante 90 dias, duas vezes por semana. Além disso, realizou-se revisão bibliográfica e as oficinas em Língua Espanhola, com intérprete de Língua Indígena. É importante destacar que todas as ações contaram com a participação de grupos de jovens, adultos, mulheres e lideranças (Aidamos – líderes/conselheiros do povo Warao), que contribuíram para a formação de multiplicadores.

O projeto de capacitação piloto foi iniciado em maio de 2021, sendo coordenados pelas equipes da PADF e UFRR, que realizaram o planejamento conjunto da área. Neste sentido, foram feitas as medições, construídas a estrutura de canteiros com tábuas, a fixação de esteios para instalação da tela de sombreamento (50%) e distribuição de pontos de irrigação.

A primeira atividade prática foi o de plantio de bananeira e dos canteiros de plantas medicinais em consórcios, com uso de adubação orgânica. Em seguida, destacou-se a importância deste tema para o contexto atual de pandemia e também os principais problemas que ocorriam nos abrigos. Nesta atividade foi construído um canteiro, em forma retangular e outro em forma de mandala, onde foi possível plantar diversos tipos de vegetais em pequenos espaços. Desta iniciativa, surgiu a ideia de reproduzir as mudas e doá-las aos abrigos indígenas que já possuíam horta medicinal, como por exemplo, o Abrigo Jardim Floresta, situado em Boa Vista-RR.

Discutiu-se sobre a fertilidade do solo e a importância de mantê-lo vivo, pois este depende de matéria orgânica e microrganismos. O terreno da horta foi aterrado com subsolo argiloso, ou seja,

pobre em matéria orgânica e nutrientes. Para resolver este problema, aplicou-se o calcário. Após as primeiras chuvas, os participantes incorporaram o esterco de gado com o pó de brita (basalto) para aportar fósforo e micronutrientes no solo, sendo coberto com aparas de grama seca.

A segunda atividade foi produção de mudas e demonstração do plantio do rizoma da bananeira de forma invertida, com a parte superior do rizoma virada para baixo. No total, foram produzidas 284 mudas de hortaliças e ervas medicinais, dentre elas: alface, cariru, coentro, manjeriço, pimenta, cipó-alho, abacaxi, marupazinho, erva cidreira, capim-santo, terramicina, pobre-velho, babosa, língua-de-pirarucu, mandioca, tomate, taioba, inhame, araruta e ora-pro-nóbis.

Em seguida, os indígenas venezuelanos conheceram e plantaram as ervas e plantas medicinais. Na quarta oficina de encontro de saberes tradicionais, com presença de Makdones Santos de Almeida, indígena Macuxi e artesão de Roraima, todos os participantes se apresentaram e relataram suas narrativas ancestrais sobre o uso e respeito às ervas e plantas medicinais. Durante a reunião, destacou-se a importância da saúde para o contexto atual de pandemia e levantou-se as demandas de medicamentos e fitoterápicos para a redução dos principais problemas que ocorrem nos abrigos.

Ferreira (2013), indaga os efeitos da consolidação de Políticas Públicas de atenção diferenciada à saúde indígena no País, que vem sendo acionadas pelas populações ameríndias por meio da rubrica “Medicina Tradicional Indígena”. A Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena de 2002 reconhece a eficácia dos sistemas terapêuticos indígenas e propõe ações visando seu fortalecimento e sua articulação aos Serviços de Saúde Estaduais. Essas informações são fundamentais aos indígenas venezuelanos em situação de refúgio, pois contribuem para que esses povos saibam seus Direitos e as políticas públicas de Saúde Indígena.

Na terceira oficina, abordou-se sobre os tipos de agricultura praticadas pelos indígenas e técnicas de plantio Agroecológico como alternativa aos solos pobres da região Amazônica. A agricultura de conucos, ou seja, de pomares caseiros e comunitários, é necessária para a segurança alimentar familiar, pois oferece alimentos frescos e saudáveis. Neste encontro, tratou-se sobre os consórcios de plantas e relevância da matéria orgânica para o solo.

O projeto também promoveu uma aula teórica sobre a produção e o processo geral da compostagem. Nesta ocasião, observou-se que alguns participantes já tinham conhecimento do benefício de madeiras apodrecidas para adubação ou trabalhado com composto em fazendas na Venezuela e no Brasil. Destaca-se que este biofertilizante é um produto do Agroecossistema e tem a função de fornecer rapidamente nutrientes à planta.

A quarta oficina foi uma prática sobre a produção e uso do composto e biofertilizante. Notou-se que, principalmente para as mulheres indígenas participantes, esta atividade foi uma das mais esperadas, visto que era algo novo e útil, ao possibilitar a produção de alimentos em locais urbanos.

Organizou-se uma pilha de composto e todos foram orientados a executar a montagem, observar os tipos de materiais, além de verificar suas fases e temperaturas. Uma vez formadas todas as camadas empilhadas até 1,5 m de altura, o composto foi coberto com lona para proteção da chuva e manutenção da umidade adequada para acelerar o processo de decomposição. Da produção da compostagem até o seu processo final, houve um intervalo de dois meses para decomposição dos elementos. Todo o processo foi monitorado pelos próprios participantes junto aos professores.

Para a produção de biofertilizante, disponibilizou-se uma bombona (tambor) de plástico de 100 litros, no qual foi despejado 50 litros de água tratada, que foi deixada no período de três dias em local arejado para evaporar o cloro, prejudicial aos microrganismos benéficos no processo produtivo de biofertilizantes. Após acrescentar todos os ingredientes e inocular os micro-organismos eficientes, o biofertilizante foi mantido à sombra, tampado parcialmente e mexido regularmente para aeração.

Ao fim de 30 dias, o composto orgânico produzido foi transferido para os canteiros para iniciar o plantio de hortaliças e ervas medicinais. Em seguida, misturou-se o composto no solo, com o plantio e o semeio de ervas medicinais e olerícolas nos canteiros e na mandala, que foram cobertas com palha.

Em julho de 2021, realizou-se a colheita de algumas hortaliças, tais como alface, temperos e medicinais. Com isso, o projeto estimulou o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional, da Soberania Alimentar e da Medicina Tradicio-

nal Indígena no contexto de pandemia. Todas as etapas tiveram como foco a Agroecologia, que é uma ciência cujo princípio é a sustentabilidade dos agroecossistemas, compartilhando conhecimentos teóricos a práticos, ao envolver a alimentação, o ordenamento do território, a cultura, a saúde e as políticas públicas. Outro benefício da Agroecologia é o empoderamento dos agricultores locais em contextos onde eles estão há muito tempo desempoderados e marginalizados (IATP, 2019). Abordagens agroecológicas garantem boas e sustentáveis produções e minimizam o risco de dependência de insumos externos, como pesticidas, fertilizantes e sementes compradas. Assim, permitem que indivíduos e comunidades mantenham sua renda, poder, conhecimento e responsabilidade (Action Aid, 2017).

As atividades desenvolvidas neste projeto piloto, fortalecidas com atividades práticas envolvendo jovens e adultos e aprendizado com troca de experiências, buscaram oferecer noções de plantio orgânico de hortaliças e espécies medicinais, com o objetivo de retomar técnicas indígenas e sustentáveis na produção alimentícia.

Com o deslocamento forçado desses povos, muitos aspectos da cultura estão em constante mudança e muitos saberes tradicionais podem ser abandonados. Nesse contexto, é importante destacar a resistência dos povos Warao, Eñapá e Kariña, lutando pelo Direito Humano a alimentação adequada, demonstrando a resiliência por ainda manterem seus conhecimentos tradicionais, com o uso de plantas e alimentos orgânicos. Assim, o projeto reforça a intenção de estimular a transmissão desses conhecimentos ancestrais às futuras gerações.

O uso de plantas medicinais e o manejo de agroecossistemas possuem uma grande importância psicológica, cosmológica, ecológica e espiritual para os indígenas participantes. Ao compartilhar os saberes dos seus antepassados e dialogar com respeito às diferenças culturais, estes povos contribuíram para criar um ambiente salutar.

A construção de uma horta comunitária e a realização de oficinas sobre Agroecologia

colaboraram para ampliar o consumo de alimentos frescos disponíveis nos abrigos. Essas propostas mostraram-se eficazes na produção e no consumo alimentos e fitoterápicos aos refugiados indígenas no Brasil.

Dessa forma, compreende-se que iniciativas como essa promovem o incentivo à Segurança e à Soberania Alimentar, que se constituem demandas destes povos. Espera-se que mais políticas públicas voltadas ao acesso aos alimentos saudáveis e culturalmente adequados sejam criadas, futuramente, possibilitando que esse público prepare seus próprios alimentos em cozinhas comunitárias.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para indígenas refugiados e migrantes, 2020. 71p.

ActionAid. Agroecology, empowerment and resilience: Lessons from ActionAid's Agroecology and Resilience project. Johannesburg, 2017. Disponível em: [https://actionaid.org/sites/default/files/agroecologyempowermentresilience-lessons\\_from\\_aer.pdf](https://actionaid.org/sites/default/files/agroecologyempowermentresilience-lessons_from_aer.pdf).

BRASIL. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. [internet]. [acesso em 21 de outubro 2021]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.html)

FERREIRA, L. O. Medicinas Indígenas e as Políticas da Tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas. Rio de Janeiro, 2013. 202p.

Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP). Agroecology: Key to agricultural resilience and ecosystem recovery. Disponível em: [www.iatp.org/agroecology-key-agricultural-resilience-and-ecosystem-recovery](http://www.iatp.org/agroecology-key-agricultural-resilience-and-ecosystem-recovery). 2019. 12p.

# INCUBADORA SOCIAL: EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA UFRR

## Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Meire Joisy Almeida Pereira** - Professora Doutora da UFRR, coordenadora da ITCPES/UFRR – e-mail: meire.joisy@ufr.br

**André Rodrigues de Sousa** - Discente da Letras UFRR, Bolsista ITCPES – e-mail: andre.dbz98@gmail.com

**Kamila Ângela Marcos Carioca** - Discente de Secretariado Executivo, Bolsista ITCPES – e-mail: cariocabbzinha17@gmail.com

**Marcello Vinícius Almeida Ferreira** - Discente da Engenharia Elétrica, Bolsista PIC/ITCPES – e-mail: marcelloviniciusalmeida007@outlook.com

**Sirlanny Silveira da Silva** - Discente LEDUCAR – e-mail: sirlannysilveiradasilva@gmail.com

**Paulo Sérgio Maroti** - Professor Doutor da UFRR, Coordenador de Tecnologias Sociais da ITCPES - e-mail: maroti.paulo@gmail.com

**Leuda Evangelista Oliveira** - Professora Doutora da UFRR, Coordenadora Pedagógica da ITCPES – e-mail: leuda.evangelista@ufr.br

**Cleane da Silva Nascimento** - Professora Mestre, Colaboradora na ITCPES – e-mail: cleane.cleia@gmail.com

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Roraima (ITCPES/UFRR), mais conhecida como incubadora social, completa em 2021, quinze anos de atuação ininterrupta. Uma das principais ações da ITCPES/UFRR, enquanto programa de Extensão vinculado à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão da UFRR (Prae/UFRR), consiste em fortalecer e colaborar na formação de Seres Humanos altamente qualificados para a vida, seja pelo lado dos docentes que aprendem e ensinam ao mesmo tempo, seja pelo lado dos discentes (bolsistas) que integram o programa, ou pelo lado dos participantes que estão incubados – ou seja, os coletivos de agricultores(as) familiares da reforma agrária, as mulheres, os(as) migrantes e indígenas.

Vale ressaltar que, para o movimento da Economia Solidária (ECOSOL), a formação significa a dinâmica de ensinar e aprender entre todos os sujeitos participantes. O conceito foi deliberado em 2012, no término do Programa dos Centros de Formação em Economia Solidária (CFES), uma política de formação da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Governo Federal. A formação representa o esforço capaz de articular as dimensões do conhecimento científico de um lado e o saber popular de outro. Essa deliberação reconhece a existência dos múltiplos saberes que integram a vida humana. Portanto, foi nesse contexto de ensinar, aprender e articular o conhecimento científico com o saber popular que o presente relato de experiência se inscreveu. Assim, o objetivo geral deste trabalho consistiu em apresentar os relatos de experiências dos(as)

bolsistas que integram a Incubadora, sobretudo contemporaneamente, em plena pandemia da COVID-19, em 2021, um período atípico na história. Também buscou-se evidenciar o arcabouço teórico-epistemológico inscrito no conceito da Economia Solidária.

A Economia solidária só se tornará uma forma superior ao capitalismo quando ela puder oferecer as parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona (SINGER, 2002, p. 120).

O público-alvo da Incubadora é formado pelas populações vulneráveis, representadas pelos desempregados organizados em grupos informais, além das associações e cooperativas populares. Esses grupos atuam alinhados com a missão da Incubadora, pois se unem para produzir e comercializar bens/serviços, numa perspectiva autogestionária, de respeito ao ambiente, à prática da solidariedade, do respeito à diversidade, e da prática do bem-viver em detrimento ao lucro. Princípios inarredáveis que acompanham a ECOSOL desde a sua gênese.

As ações de Extensão experienciadas pelos(as) bolsistas ocorreram em dois eixos: o primeiro, no Projeto de Assentamento Nova Amazônia (PANA), que contém três projetos em andamento: i) Viveiro e Composteira; ii) Hábitos de consumo versus educação ambiental: as implicações do consumo na degradação/conservação ambiental; iii) Consumo Consciente. E no segundo eixo, na Operação Acolhida no Refúgio 343, na realização das oficinas dos Princípios da Economia Solidária.



Os relatos ora apresentados foram extraídos dos diários de campo, transformados em relatórios de trabalho, cujos resultados serão desvelados em duas seções, uma do PANA e a outra do refúgio 343.

As estratégias metodológicas utilizadas ocorreram em duas etapas: a primeira, na preparação dos bolsistas para o campo, em que houve a apreensão das técnicas de abordagem de campo ; e, a segunda etapa em campo, por meio da observação, a observação participante, a pesquisa-ação, o uso do diário de campo, a captação de áudio e vídeo junto aos participantes das ações transformadas em relatórios e, agora, relatos de experiências.

### **ASSENTAMENTO NOVA AMAZÔNIA E OS RELATOS VIVENCIADOS PELOS(AS) BOLSISTAS**

O primeiro passo de um(a) bolsista quando adentra a Incubadora é compreender o conceito da Economia Solidária. Nosso primeiro relato é do Projeto “Viveiro e Composteira”, que consiste em ações de Educação Tecnológica para Sensibilização Ambiental. O trabalho visa despertar nos(as) assentados(as), a sensibilização sobre a importância do processo de reflorestamento nas áreas degradadas. Em parceria com a Associação do Polo I, o coordenador do projeto na ITCPES, professor Paulo Maroti, venceu um edital do tipo Patrocínio do Banco da Amazônia S/A para construir um viveiro de mudas e uma composteira. O papel dos discentes consiste em acompanhar o coordenador no manejo das sementes, na edificação do viveiro e da composteira. O primeiro projeto articula-se com o segundo, “Hábitos de consumo versus educação ambiental”, cujo objetivo consiste em identificar e compreender como e onde os(as) assentados(as) descartam seus resíduos. Nesse contexto, o elemento fundamental dos dois projetos são as escolas do Assentamento. A ideia dos dois projetos consiste em fomentar a educação ambiental no Assentamento a partir dos elementos ecológicos locais e despertar a ideia da conservação dos bens naturais ali existentes promovendo, nos(as) professores(as), gestoras de escolas e nas crianças a ideia da valorização dos bens naturais para a sustentabilidade.

Os(as) bolsistas acompanharam o coordenador nas ações de articulação junto aos gestores

das escolas no Assentamento. Nessa trilha, destacamos a forma como o coordenador desenvolveu os trabalhos, priorizando os 3º e 5º anos do Ensino Fundamental I. Eles(as) conheceram as escolas do Assentamento, as gestoras, assim como as dificuldades vivenciadas. As gestoras afirmaram que não há continuidade nas ações porque os(as) professores(as) iniciam suas atividades e, os contratos dos(as) seletivados(as) encerram-se em até dois anos. Esse movimento requer sempre um recomeço e gera dificuldades de aprendizagem para os estudantes, na medida em que se encerra um período sem a conclusão do fundamental I, necessitando de um recomeço no próximo seletivo.

O projeto Consumidores Responsáveis (CCR) arregimentou um grupo de agricultoras familiares, produtoras de alimentos orgânicos, certificadas pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), ao mesmo tempo que localizou consumidores conscientes. O encontro entre produtor e consumidor ocorre com o pagamento mensal antecipado por parte dos(as) consumidores(as) para o grupo de produtoras que entregarão, semanalmente, cestas aos consumidores(as). Por esse motivo, os(as) consumidores(as) são chamados(as) de co-criadores(as) da produção, na medida em que pagam adiantado para as produtoras. As visitas ao Assentamento ocorreram nos meses de agosto, setembro e outubro de 2021. O projeto nasceu de uma demanda da articuladora Rossana Tartari. Ela propôs o projeto à incubadora que de imediato aceitou. No campo, conhecemos a dona Marinalva da Silva Moraes, Marly Santana Barbosa e Edileuza Costa Fernandes, mulheres que irão compor o grupo de produtoras orgânicas e no decorrer dos encontros foram apresentadas às etapas do projeto, destacando a parceria mútua entre consumidor e produtor. O convite para elas integrarem o CCR foi aceito e as ações do projeto estão em andamento. Observamos que o aspecto principal do projeto consiste na relação de confiança entre agricultoras e consumidores(as) visto que esta mantém as portas abertas para o(a) consumidor(a) saber de onde vêm os produtos. A ideia do CCR é a montagem de cestas de alimentos orgânicos com três tamanhos, denominada de Cesta Amazônica. Para tanto, a equipe da incubadora está na fase do levantamento dos produtos que serão inseridos no calendário Safra, com objetivo de identificá-los e evidenciar a sazonalidade deles. Outra recomendação foi que

as produtoras mantenham o controle de todas as etapas da ação, desde a entrega das cestas para os(as) consumidores(as), dos recursos necessários para produzir e dos pagamentos mensais efetuados. Nesse sentido, a Incubadora, por meio das professoras, Cleane da Silva Nascimento, Daiane Tretto da Rocha e a articuladora Rossana Tartari, realizaram a oficina de formação de preço, acompanhada do levantamento completo da produção das mulheres que integram a iniciativa.

O Projeto Hábitos de Consumo, articulado com o Projeto Viveiros realizou visitas às escolas em setembro no Nova Amazônia 1 (mais conhecido como Truaru). A Escola Municipal Rural Aureliano Soares da Silva foi escolhida para compor os dados da pesquisa. Na ocasião, a diretora relatou a falta da coleta de materiais inorgânicos na região uma vez que não há recolha de lixo pela Prefeitura de Boa Vista no local. Assim, a solução encontrada para os resíduos foi abrir uma vala nos fundos da escola e os descartar ali. A gestora destacou que, não havendo coleta, o destino dos resíduos é a queima. Percebeu-se nos trabalhos de campo que há uma série de fatores geradores de problemas ambientais como: mau cheiro no local, chorume que pode afetar o solo, causando um impacto ambiental aos lençóis freáticos nas proximidades e alterando o PH dos minerais, conseqüentemente, afetando de forma negativa as plantações próximas às áreas de descarte dos resíduos e à saúde das pessoas. Ademais, no período de seca, a queima dos resíduos traz riscos, pois quando a umidade está muito baixa, a propagação de incêndios aumenta. O fogo auxiliado pelos ventos do lavrado e o tempo seco espalha-se de forma brutal, destruindo plantações, casas, matando animais, liberando dióxido de carbono, trazendo malefícios para a população local e afetando, de forma negativa, o ecossistema local. Já as matérias orgânicas descartadas com o projeto Composteira encontrarão um outro fim, elas serão utilizadas para adubação e compostagem nas plantações das casas. Na mesma linha a escola será beneficiada uma vez que possui uma horta aos fundos que será adubada com os resíduos orgânicos gerados ao longo do dia. A horta terá como objetivo conscientizar estudantes sobre as práticas sustentáveis, além de ser uma forma de se obter alimentos orgânicos, auxiliando as crianças para uma alimentação mais saudável e balanceada. Constatamos que há alternativas para os resíduos sólidos como a utilização da matéria

orgânica para a adubação e compostagem. De acordo com a gestora a escola possuía planos de realizar um projeto de reciclagem com os pais das crianças para diminuir a quantidade dos resíduos descartados: uma oficina de artesanato, ensinando os adultos e as crianças a produzirem peças com plásticos e outros resíduos. Movimento que poderia gerar retorno financeiro aos pais se as peças feitas fossem comercializadas, um incentivo para a prática da sustentabilidade ambiental. Todavia o projeto enfrenta desafios como a pandemia e a falta de continuidade do contrato com as professoras seletivadas da escola.

### REFÚGIO 343 E AS OFICINAS DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

As oficinas dos princípios da Economia Solidária consistem na centralidade das práxis do movimento de Economia Solidária. Elas abordam os princípios fundamentais, quais sejam a autogestão, o respeito à diversidade, à solidariedade, à democracia e respeito à natureza. Do ponto de vista metodológico as oficinas foram realizadas com uso do Construtivismo Freiriano, que concebe homens e mulheres como produtores de cultura e sujeitos produtores do conhecimento. A experiência ocorreu nos dias 08 e 10 de setembro de 2021 e contou com a participação de vinte e seis migrantes da Venezuela, abrigados no Brasil. A didática das oficinas consta da participação e a construção coletiva, foram distribuídas folhas e canetas para os presentes para apresentação dos participantes, escritas a próprio punho, com o intuito de abordar nome, idade, cidade de nascimento, formação, além de destacarem os conhecimentos que poderiam compartilhar com os demais integrantes. No decorrer das apresentações foi notório a diversidade de profissões e as formações técnicas e superiores dos participantes. Em seguida, foi apresentado aos participantes o conceito de Economia Solidária. A intenção foi averiguar se os participantes possuíam pensamento solidário. Pelas dinâmicas foi possível observar que o individualismo predomina, o que se contrapõe ao conceito da Economia Solidária, (SINGER, 2002, p. 9).

Dado o exposto, consideramos que os trabalhos desenvolvidos na Incubadora impactam positivamente a vida dos(as) agricultores(as) fa-



miliares PANA, pois despertam atitudes solidárias, que esperamos que se perpetuem para outros(as) agricultores(as). A expectativa com as ações do projeto Viveiros é que haja mudança nos hábitos e os(as) agricultores(as) possam reproduzir o plantio de mudas nativas para conter a degradação e propiciar a conservação ambiental. Acreditamos que o projeto Coletivo de Consumidores Responsáveis (CCR) mantenha a relação de confiança entre produtoras e consumidores(as), também chamados de co-produtores voltados para uma agricultura de alimentos saudáveis e sustentáveis. As oficinas com os migrantes revelaram que os venezuelanos vivem momentos difíceis. Porém, há possibilidade de criar oportunidades, por meio do trabalho coletivo e solidário, como alternativa de superação das vulnerabilidades sociais e econômicas.

#### REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. (1998). *Pedagogia do Oprimido*. 25ª ed. (1ª edição: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GRADE, M.; PEREIRA, M. A. J. *Mulheres migrantes e indígenas em Roraima: a construção de uma trajetória coletiva*. Boa Vista: UFRR/ PROEX, 2010. 144 p.
- PEREIRA, Meire Joisy Almeida. *Trabalho, trabalho coletivo: a compreensão desse binômio no interior do projeto de assentamento Nova Amazônia*, Revista C&TS Volume 4 - Número 1 - Ano 2021.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ACESSO DE SURDOS MIGRANTES AOS DIREITOS HUMANOS

**Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Thaisy Bentes** - Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília. Docente da UFRR.

**Adriana Helena de Oliveira Albano** - Doutora em Literatura pela Universidade Estadual de São Paulo. Docente da UFRR.

**Augusto Carlos de Azerêdo** - Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Roraima. Docente da UFRR.

Os Surdos venezuelanos encontram-se em número expressivo no Brasil atualmente, porém, em muitos casos, esta situação está invisibilizada nos documentos nacionais e internacionais das principais agências de migração. O número de aproximadamente duzentos surdos atendidos pelo Programa de Extensão Migrante Surdo - MiSordo, somente no estado de Roraima, tem mostrado as dificuldades encontradas por estes sujeitos. Percebemos que sem o auxílio do Programa, muitos não conseguiriam alcançar os benefícios ofertados aos migrantes e nem os direitos comuns aos brasileiros, como previsto na legislação: “ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)” (BRASIL, 2017).

As dificuldades para este grupo têm início no momento de entrada no país, na fronteira de Pacaraima com Santa Elena de Uairén, onde os agentes da Polícia Federal não conseguem se comunicar com os surdos e estes não compreendem o que os agentes perguntam. Os surdos venezuelanos não têm acesso a informações importantes sobre seus direitos relativos à solicitação de refúgio, ou sobre os documentos e ações necessárias para que possam se estabelecer.

Nessa realidade, o Programa MiSordo foi criado com a intenção de promover, através de ações

de extensão, a inclusão social e a cidadania das pessoas migrantes ou refugiadas surdas no Brasil. O Programa tem como foco, o acolhimento por meio de ações que vão desde a comunicação e escuta em línguas de sinais à inserção laboral, assessoria jurídica, oferta de cursos voltados para a formação de profissionais para atuação neste contexto multilíngue e, por lidar com duas línguas de sinais distintas - Língua de Sinais Venezuelana (LSV) e Língua Brasileira de Sinais (Libras), além das línguas orais Espanhol e Português constitui-se como um laboratório para as áreas de investigação linguística e tradutórias-interpretativas.

O Programa, vinculado ao Curso de Letras Libras Bacharelado da Universidade Federal de Roraima, tem enveredado por caminhos que vão além das teorias dos Estudos da Tradução e da Interpretação de Línguas de Sinais. Eles envolvem também os estudos sobre mobilidade humana, Direito Internacional e políticas públicas, que têm atravessado as ações demandadas pela comunidade surda venezuelana. As demandas recebidas diariamente requerem que sejam criadas e ampliadas as perspectivas de trabalho para com os migrantes em outros campos, como o da Psicologia e da Assistência Social.

O Programa MiSordo, cadastrado junto à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE/UFRR), abriga mais três projetos: (i) Formação para o trabalho com migrantes surdos; (ii) Acessando Direitos: assistência jurídica para migrantes surdos e (iii) Rede de colaboradores: acessibilidade linguística para surdos migrantes. Constam ainda, como ações independentes, a realização de cursos, eventos e a construção de documentos norteadores sobre acolhimento/atendimento.

Os Direitos Humanos, pauta discutida principalmente no projeto intitulado “Acessando Direitos”, tem promovido debates, denúncias e articulações necessárias para a criação de uma rede que incluía

efetivamente os surdos, sejam eles brasileiros ou oriundos de outros países. Nesses debates, o “Projeto Rede de Colaboradores/UFRR” entra como fator primordial no atendimento de tais demandas.

Destarte, os projetos em conjunto formam um importante instrumento de promoção aos direitos humanos e contemplam ações essenciais à formação de estudantes de tradução e interpretação intra-intermodal. No tocante às ações, ocorre o atendimento realizado virtualmente – devido à pandemia do novo coronavírus – que inclui escutar e acolher migrantes surdos, promovendo assim a garantia de acesso aos serviços e benefícios no Brasil.

Neste relato, apresentamos as ações de dois projetos do Programa MiSordo que estabelecem relação conjunta para a garantia do acesso aos direitos fundamentais no Brasil, os projetos: “Acessando Direitos” e “Rede de colaboradores”. O “Projeto Acessando Direitos: assistência jurídica a surdos migrantes” tem como linha de atuação, ações voltadas para o acesso dos surdos aos serviços essenciais e orientação nas demandas de acesso à justiça, saúde e educação. Já o “Projeto Rede de Colaboradores: acessibilidade à comunidade surda migrante”, atua na articulação com as instituições de apoio a migrantes e atendimento em Língua de Sinais aos surdos migrantes com serviços de tradução e interpretação no contexto comunitário.

A metodologia dos projetos ora apresentados estão em constante reformulação, uma vez que o trabalho pioneiro implica em êxitos e falhas, num caminho de constantes adaptações e superação de obstáculos. O trabalho realiza-se por meio de encontros mensais com os integrantes do projeto para discussão das ações e medidas a serem tomadas, principalmente, quando detectadas restrições, abusos e usurpações de direitos nos atendimentos aos surdos. Há, além disso, o atendimento diário das demandas relacionadas ao acesso aos serviços públicos, benefícios federais e casos jurídicos-policiais.

É nesse momento que entra em cena o trabalho conjunto de ambos projetos. Para o atendimento aos surdos, a mediação surdo-advogada e/ou serviço, é realizada pelos integrantes do Programa MiSordo (bolsistas, estagiárias(os) e voluntárias(os)) discentes do curso de formação de tradutores e intérpretes de Libras/Português da UFRR e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Quando há a necessidade de pareceres técnico-jurídicos, estes são elaborados pela única advogada voluntária do projeto Acessando Direi-

tos, enquanto a parte de tradução da produção jurídica ou mediação, é realizada pelos colaboradores intérpretes do projeto Rede de colaboradores.

Ambos projetos são compostos por professores universitários, tradutores e intérpretes de Libras/Português e LSV/Espanhol, discentes dos cursos de tradução e interpretação e advogadas. Os atendimentos são feitos de forma remota, devido à pandemia da Covid-19, por meio de videoconferências e mensagens de WhatsApp.

Sobre a metodologia dos atendimentos, após o contato do solicitante (surdo ou membro da família) com coordenador do Programa/projeto ou diretamente com o intérprete ou ainda com pessoas das instituições parceiras, é realizada a consulta/escuta do caso para posterior repasse à advogada que emite um parecer ou orientação de como proceder. A advogada não compreende a língua de sinais, mas está em processo e aprendizagem para melhor entender e atendê-los. Depois de recebidas orientações, o intérprete transmite por vídeo chamada ou em vídeo as orientações necessárias.

É exatamente nessa cooperação e com participação que advogamos a importância dos projetos, da extensão universitária, como aliada essencial à garantia de acesso aos direitos humanos em específico os linguísticos dos surdos, pelos grupos de surdos venezuelanos.

## A(S) LÍNGUA(S) QUE (EX)INCLUI(EM)

A Declaração Universal do Direitos Linguísticos determina em seu artigo 10 que “Todas as línguas são iguais em direito” (BARCELONA, 1996). Nessa direção, trazemos à tona a luta perene das comunidades surdas pelo reconhecimento das línguas de sinais como línguas naturais. A comunidade surda do Brasil conquistou, por meio da Lei 10.436/02, o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais como língua a forma de comunicação e expressão da cultura surda. Adjunto o decreto 5.626/05, que regulamenta a Lei 10.436/17, discorre sobre a formação de profissionais para atuar na educação de surdos, entre outros.

A língua de sinais venezuelana oriunda da comunidade surda da Venezuela tem sido encarada, do ponto de vista da pesquisa científica, como língua de fronteira e de migração “por estar presente em Roraima há um tempo considerável e estar começando a ser utilizada também por surdos e ouvintes brasileiros” (ARAÚJO; BENTES, 2020, p. 11).

As experiências do Programa revelam que a comunidade surda venezuelana, assim como os migrantes ouvintes, enfrentam barreiras relacionadas a xenofobia, muitas vezes a ideia está atrelada a “tirar direitos dos nacionais para dar aos estrangeiros”, sobre isso a Constituição determina que, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Assim, os migrantes têm direitos garantidos, “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

A(s) língua(s) que (ex)inclui(em) remete ao conceito de poder dos discursos/língua(gem) debatidos por vários autores como Bakhtin, Foucault e Bagno (PEREIRA; FERNANDES, 2014). É nessa perspectiva que centralizamos este trabalho, bem como as ações do Programa. A língua das comunidades surdas, ainda vista por muitos como simples gestos ou mímica, podem ser usadas como ferramenta para a exclusão, quando consideradas ponto de dificuldade ou ainda quando vistas por meio da ideia do monolingüismo em que o “português” é a única língua do brasileiro. Mas nossa perspectiva é compreendê-la como importante meio no processo de integração no novo país/sociedade.

Consoante as ideias supracitadas e diante das necessidades da comunidade migrante, os projetos realizam atendimentos jurídicos, escuta e orientação, tradução e interpretação, mediação linguística, encaminhamento aos serviços públicos, entre outros. Essas ações têm contribuído para a inserção dos surdos venezuelanos nos programas governamentais e políticas públicas brasileiras, como por exemplo, o recebimento de auxílios e benefícios, a matrícula de crianças surdas nas escolas e a articulação para a formação de professores no estado, bem como trabalha para ser ponte entre as agências e organizações de migração e refúgio e o sujeito surdo.

Ainda nesse cenário, cabe destacar o papel e a importância do tradutor e intérprete na mediação, escuta e acompanhamento da situação. O reconhecimento como profissional capaz de desempenhar tarefas complexas, como a de traduzir

e interpretar entre línguas de modalidades diferentes e línguas de sinais de países diferentes, torna-o um profissional multifacetado que lhe exige empatia, habilidades e competências.

Sujeitos em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm em sua expressão linguística o poder de comunicação e de reivindicação de seus direitos, mas, quando esse direito à comunicação é retirado/negado/usurpado, ele se torna um sujeito que vive à margem da sociedade. Diante dessa realidade, o Programa MiSordo foi criado e busca diariamente ampliar e consolidar suas ações, numa perspectiva de oferta permanente de serviços que continuem contribuindo para a efetiva participação social dos migrantes surdos no Brasil, valorizando a pessoa surda migrante, sua língua e sua cultura. Os projetos ora apresentados evocam tal emergência, promovem a consolidação de estratégias que minimizam os impactos negativos da migração na vida das pessoas surdas e coloca as línguas de sinais num patamar de igualdade às línguas orais.

#### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. J. P.; BENTES, T. Línguas de sinais de fronteiras: o caso da LSV no Brasil. *Revista Humanidades & Inovação*, 2020.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BARCELONA, Espanha. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. 1996. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_universal\\_direitos\\_linguisticos.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- FRANÇA. Declaração Universal dos Direitos Humanos. França, 1948.
- FERNANDES, C. F.; PEREIRA, A. L. A língua(gem) e o poder: estratégias simbólicas de exclusão social. *Revista Ícone*, 2014.

# AÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS REFUGIADOS E MIGRANTES VENEZUELANOS DOS ABRIGOS DE BOA VISTA-RR

## Universidade Federal de Roraima - UFRR

---

**Ana Iara Costa Ferreira** - Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

**Bianca Jorge Sequeira** - Doutora em Biologia dos Agentes Infeciosos e Parasitários pela Universidade Federal do Pará, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

**Cléria Mendonça de Moraes** - Doutora em Bioquímica pela Universidade de São Paulo, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

**Fabiana Nakashima** - Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

**Gabrielle Mendes Lima** - Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Sergipe, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

**Julio Cesar Fraulob Aquino** - Doutor em Biologia Humana e Experimental pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

**Leila Braga Ribeiro** - Doutora em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Curso de Medicina, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Roraima

O Programa de Extensão “Políticas de pesquisa básica e aplicada na área médica” foi criado em 2016 com o objetivo de despertar nos estudantes de Medicina, a relevância da pesquisa científica aplicada às ações socioeducacionais para a promoção da saúde, e assim proporcionar a formação acadêmica e profissional mais próxima e em concordância com a realidade regional em que estão inseridos. Além disso, a integração do Ensino, Pesquisa e Extensão permitiu aproximar a vivência prática à formação acadêmica e consequentemente profissional, desenvolvendo nos participantes do programa uma conduta científica crítico-reflexiva frente a uma situação real com vistas a promoção da saúde e dos Direitos Humanos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, o graduando deverá comprometer-se com seu processo de formação, envolvendo-se em Ensino, Pesquisa e Extensão e observando o dinamismo das mudanças sociais e científicas que afetam o cuidado e a formação dos profissionais de saúde, além de desenvolver a Competência de Educação em Saúde, através da promoção do Pensamento Científico e Crítico e Apoio à Produção de Novos Conhecimentos (BRASIL, 2014).

Corroborando com a ideia de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, a implementação deste projeto de atividade de Extensão evoluiu para um Programa de Extensão Universitário, com consequente adesão dos estudantes do curso de Medicina, os quais desenvolvem jun-



tamente com os professores responsáveis, projetos de pesquisas voltados a promoção da saúde na sociedade. Estes trabalhos frequentemente são transformados em projetos de iniciação científica, sendo que os seus resultados normalmente são aproveitados nos trabalhos de conclusão de curso, promovendo assim, a construção, produção e difusão de conhecimento, além da aplicação na comunidade.

A partir da elaboração destes projetos de pesquisa, foi possível realizar uma parceria entre os docentes do Programa de Extensão “Políticas de pesquisa básica e aplicada na área médica” da Universidade Federal de Roraima (UFRR), participantes do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da Secretária Municipal de Saúde (SMSA), para o desenvolvimento da ação conjunta sobre a atualização do cartão de vacina dos refugiados e migrantes venezuelanos que se encontravam alojados nos abrigos de Boa Vista. Esta parceria teve como objetivo central incentivar os alunos do curso de Medicina da UFRR a serem agentes de transformação social.

A presente ação de Extensão, envolvendo a equipe de coordenação (docentes) do Programa de Extensão “Políticas de pesquisa básica e aplicada na área médica” (código de cadastro nº 60062019) e 20 alunos regularmente matriculados da 1ª a 3ª série do curso de Medicina da UFRR (participantes), ocorreu no período de abril a julho de 2019 e foi realizada em quatro etapas, descritas a seguir:

- Etapa 1: Realização de uma capacitação dos alunos participantes do Programa de Extensão, acerca das Emergências Humanitárias, com foco no atendimento em saúde dos refugiados e migrantes venezue-

lanos em situação de vulnerabilidade social, residentes nos abrigos do município de Boa Vista (RR), coordenada por colaboradores parceiros do UNFPA no Brasil.

- Etapa 2: Capacitação teórico-prática sobre imunização, ministrada pela professora Tarcia Millene de Almeida Costa Barreto do curso de enfermagem da UFRR. Nesta atividade, os participantes (acadêmicos de Medicina do terceiro ano) receberam treinamento para aplicação de vacinas.
- Etapa 3: Acompanhamento dos professores e alunos do Programa de Extensão junto à equipe da SMSA nos abrigos de Boa Vista para aplicação dos imunizantes e instrução dos alunos participantes da primeira e segunda séries sobre o preenchimento correto do cartão de vacina para auxílio dos agentes comunitários de saúde.
- Etapa 4: Capacitação dos participantes acerca da digitação do registro das vacinas no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SIPNI). Este treinamento foi ministrado por servidores da SMSA e, em seguida, os acadêmicos de Medicina lançaram no SIPNI o quantitativo de vacinas aplicadas em todos os abrigos de refugiados e migrantes venezuelanos de Boa Vista.

Devido à crise econômica e social na Venezuela, nos últimos anos, o estado de Roraima se tornou um lugar de amparo para os refugiados e migrantes venezuelanos, sendo que a maior parte destes cidadãos estão distribuídos entre os municípios de Pacaraima e Boa Vista (UNICEF, 2021). Para garantir o atendimento humanitário de grande parte dessa população, em março de 2018, o Governo Federal criou a Operação Acolhida, a qual é baseada em três pilares: ordenamento da fronteira, abrigo e interiorização (BRASIL, 2021). A Operação Acolhida juntamente com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) administra 11 abrigos em Boa Vista e 02 abrigos em Pacaraima (UNICEF, 2021), os quais são vitais para a sobrevivência dos indivíduos e, em momentos de vulnerabilidade, são fundamentais para restaurar a segurança pessoal, autossuficiência e a dignidade (ACNUR, 2021).

Em abril de 2019, durante uma reunião sobre saúde realizada pela Operação Acolhida, representantes docentes do Programa de Extensão

“Políticas de Pesquisa Básica e Aplicada na Área Médica” da UFRR realizaram uma parceria com integrantes do UNFPA. Após a consolidação dessa cooperação, estratégias foram traçadas para que os alunos que integravam o Programa de Extensão pudessem compreender a importância da promoção dos Direitos Humanos, a qual é a missão do UNFPA no Brasil (UNFPA, 2021), conforme ilustrados nas fotos. Além disso, os representantes do Programa, por meio do UNFPA, foram convidados a participar do Grupo de Trabalho em Saúde (GT-Saúde) da SMSA, a qual inseriu os participantes do Programa de Extensão “Políticas de Pesquisa Básica e Aplicada na Área Médica” na ação conjunta referente à atualização do cartão de vacina dos refugiados e migrantes venezuelanos que estavam alojados nos abrigos de Boa Vista.

Antes da execução da ação, os alunos da terceira série do curso de Medicina que eram membros participantes da Extensão e que já haviam cumprido as habilidades referentes ao processo de vacinação, foram submetidos ao treinamento pela professora Tarcia Millene de Almeida Costa Barreto do curso de enfermagem (UFRR), o qual foi composto por atualização sobre o assunto e a prática da vacinação. Posteriormente, os alunos sob a supervisão dos docentes responsáveis pelo Programa de Extensão e dos profissionais destinados a essa ação pela SMSA, foram inseridos nas escalas de vacinação para auxiliar na atualização do cartão vacinal dos residentes venezuelanos dos abrigos do município de Boa Vista. Já os alunos da primeira e segunda séries, nos locais de execução da ação, foram instruídos pelos Agentes Comunitários de Saúde sobre como preencher corretamente os cartões de vacina.

Diante do exposto, essa ação multiprofissional proporcionou uma experiência única aos participantes no que se refere à atuação da comunidade acadêmica frente a população de refugiados e migrantes que vivem em condições de vulnerabilidade social em Boa Vista. Essa vivência nos levou a uma reflexão sobre a promoção dos Direitos Humanos, bem como possibilitou o amadurecimento acadêmico e profissional dos envolvidos no âmbito de formação de cidadãos humanizados, agregando atitudes e valores à nossa formação ética, resultando em melhores profissionais para a sociedade.

No mais, os acadêmicos foram capacitados como digitadores para auxiliar os funcionários da SMSA a registrarem as vacinas aplicadas no

SIPNI. Dessa maneira, o Programa de Extensão “Políticas de Pesquisa Básica e Aplicada na Área Médica” colaborou de forma eficaz em todas as etapas planejadas para o desenvolvimento desta ação. Com esta atividade, os alunos se conscientizaram sobre a importância de manter os sistemas geradores de informação sempre atualizados, pois é por meio destas ferramentas que se conhece a real cobertura vacinal e é através destes dados que as ações em saúde são planejadas.

O Programa de Extensão “Políticas de Pesquisa Básica e Aplicada na Área Médica” atua desde o ano de 2016 com a inserção de alunos da primeira a terceira série do curso de Medicina em Ações de Extensão valiosas para a prevenção e promoção em saúde na comunidade. Em 2019, em parceria com o UNFPA e a SMSA, a equipe participou da Ação de atualização dos cartões de vacina dos refugiados e migrantes venezuelanos que se encontravam alojados nos abrigos de Boa Vista-RR. Como resultado, observou-se a construção de uma relação entre a Universidade e a sociedade, voltada para o comprometimento coletivo e a criação de agentes de transformação social.

#### REFERÊNCIAS

ACNUR. Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>>. Acesso em 05/10/2021.

BRASIL. Operação acolhida. Disponível em <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>. Acesso em 05/10/2021.

BRASIL. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina e dá outras providências. Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014, Diário Oficial da União, p. 8-11, 2014.

UNFPA. UNFPA no Brasil. Disponível em <<https://brasil.unfpa.org/pt-br/content/unfpa-no-brasil>>. Acesso em 05/10/2021.

UNICEF. Crise migratória venezuelana no Brasil. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>>. Acesso em 05/10/2021.

# ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA COVID-19

**Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Juliana Milla Vieira Pereira Andrade da Costa -**  
Graduanda de Psicologia pela UFRR.

**Joelma Ana Gutiérrez Espíndula -** Pós-doutorada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Doutora em Ciências (FAPESP 2009) pela USP de Ribeirão Preto, na área de promoção da Saúde Mental com estágio de doutoramento (CAPES) em Filosofia na Pontifícia Salesiana e na Pontifícia Universidade Lateranense de Roma, Italia, Mestre (FAPESP 2001) pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto - FFCLRP - USP, aprimoramento/residência em Psicopedagogia pela FMRP-USP e Graduada em Psicologia (1996). Professora do curso de Psicologia/CEDUC da UFRR e professora orientadora permanente do Programa de Pós-graduação nas Ciências da Saúde - PROCISA (UFRR).

A psicologia escolar, em sua atual conjuntura, busca contribuir com os processos educativos utilizando de um comprometimento social com as políticas públicas, direitos humanos e uma produção de cidadania (CAMARGO; CARNEIRO, 2020). Seu trabalho é feito de maneira interdisciplinar, colaborando com seus conhecimentos nos vários âmbitos do universo escolar. Dentre as atividades realizadas, é possível destacar a promoção do desenvolvimento integral do Ser, que se refere às relações interpessoais, junção família-comunidade-escola, além do desenvolvimento humano, segundo a resolução 013/2007 (CFP, 2007), ou seja, há um estímulo ao desenvolvimento físico, social e intelectual do estudante.

Assim, levando em conta o desenvolvimento emocional e social, é possível pensar a relação entre a Psicologia Escolar e o adolescer. A adolescência, de modo geral, pode ser definida como um período que o Ser humano passa por mudanças físicas, cognitivas, afetivas e sociais. É a metamorfose entre o infantil e o adulto, onde o jovem construirá sua subjetividade. Esse processo limítrofe também pode ser considerado como uma crise, conceituada por Erik Erikson (1976), pois é um conflito que também se apresenta como uma grande transformação ou mudança, podendo ser sadia e revigorante. No entanto, se não tratada da melhor forma, pode acarretar em sofrimentos mentais e, por fim, o surgimento de sintomas relacionados a transtornos mentais. (FROTA; MORATO, 2009). Assim, a Psicologia educacional se relaciona como uma forma de produzir Saúde Mental para adolescentes, de forma que a escola pode ser um local privilegiado e estratégico ao mesmo tempo (ROBAERT; SCHONARDIE, 2017). A Psicologia, quando aplicada, pode fazer o uso do processo de acolhimento e aconselha-

mento aos alunos, além de também professores, orientadores e demais funcionários da escola. Ao focar na importância para o aluno adolescente, pode-se destacar no fato de que o conselheiro ajuda o cliente na autoavaliação para uma mudança que pode afetar os sentimentos, valores, atitudes, pensamentos e ações (PATTERSON; EISENBERG, 1988).

Porém, a partir do ano de 2020, o mundo teve que passar por mudanças devido a pandemia da COVID-19, e como consequência, isso também afetou a escola e a educação como conhecíamos. Estar em uma sala com mais de 20 alunos se tornou um risco à saúde, o isolamento social se tornou uma regra e o meio escolar abraçou o ensino on-line como uma forma de ensino remoto emergencial. A comunidade escolar teve que se reinventar e remodelar suas práticas para acompanhar esse novo método de ensino a fim de evitar desigualdades de acesso à educação. Camargo e Carneiro (2020) abordam a frustração e preocupação de uma parte da sociedade civil a respeito das violações de direitos da população, tristeza ao ver projetos e planos que foram adiados, além do sentimento de fraqueza e impotência ao ver o aumento da desigualdade social, ou seja, nos encontramos não apenas em um momento de crise sanitária, mas também de crise social e psicológica.

Dessa forma, tendo como objetivo cumprir com o papel da Psicologia escolar, que busca a promoção de Saúde Mental, educação acessível e de qualidade, foi implantado o projeto “Acolhimento Psicológico à distância em Situações durante e após a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) para a Comunidade da UFRR”. Coordenado pela professora Joelma Espíndula, esse projeto busca oferecer acolhimento, aconselhamento psicológico e orientação especializada para quem busca uma escuta atenta, empática e de cuidado em situação de crise e emergência. Assim, tendo como metodologia o relato de experiência, este presente trabalho propõe abordar as vivências do estágio específico em Psicologia e contextos educativos, realizado como parte do projeto Acolhimento Psicológico. Assim, é possível acrescentar conhecimento para a formação acadêmica e pessoal, além de expor possibilidades de intervenções com adolescentes durante o processo de ensino remoto e da pandemia da COVID-19.

Este trabalho é resultante da atividade teórica e prática realizada durante o estágio específico em Psicologia e contextos educativos, realizado no semestre de 2021.1. A parte teórica constituiu-se de leituras, participação de palestras, apresentação de trabalhos e supervisões clínicas para a discussão de cada caso atendido. Na parte prática, foram realizados acolhimentos e aconselhamentos psicológicos aos alunos com problemas de adaptação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e dificuldades emocionais, a partir de 12 anos, do Colégio de Aplicação e Escola Agrotécnica, como parte do projeto “Acolhimento Psicológico à distância em situações durante e após a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) para a Comunidade da UFRR.” As inscrições no projeto foram realizadas por meio de formulários on-line, compartilhados pelo site da UFRR e mídias sociais. Logo após, foram realizados os primeiros contatos para marcar os atendimentos. Como informado no contrato terapêutico, os atendimentos foram constituídos de uma sessão, podendo ser prorrogada para mais duas sessões, dependendo do caso. Foi disponibilizado 50 minutos para cada atendimento, realizado de maneira on-line, utilizando a plataforma GoogleMeet (ESPÍNDULA, 2021, No Prelo). Os atendimentos foram fundamentados com base na Resolução nº 4, de 26 de março de 2020 (CRP, 2020), que regulariza os serviços psicológicos prestados por meio de Tec-

The poster features a yellow and white color scheme with abstract shapes. The title 'ACOLHIMENTO PSICOLÓGICO ON-LINE PARA ESTUDANTES' is prominently displayed. Below the title, a yellow box contains the text: 'É estudante, com idade entre 12 e 17 anos, e deseja receber acolhimento psicológico on-line? Faça sua inscrição através do link: <https://forms.gle/JSoBqmHjGrRoJjfs7>'. To the right, a section titled 'Estagiárias do curso de Psicologia - UFRR:' lists four names with circular profile pictures: Edineia, Miri, Juliana Mila, and Juliana Batista. At the bottom left, there are social media icons for Facebook and Instagram, with the text 'Acolhimento Psicológico Online' and '@acolhimentonlinepsi'. At the bottom right, a box specifies the target audience: 'Para comunidade da UFRR (universitários e estudantes do Colégio de Aplicação e Escola Agrotécnica) e comunidade externa (regional)'. The UFRR logo is also present at the bottom left.

nologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19 e formalizados com contratos terapêuticos autorizados pelo responsável legal do adolescente acolhido pelo projeto.

Durante as supervisões em grupo, que possibilitam o debate e análise sobre cada caso atendido, observou-se demandas que afetam, de forma negativa, a vida dos estudantes e o seu processo de aprendizagem. Algumas destas questões tiveram sua origem durante a mudança para o Ensino Remoto Emergencial (ERE), adotado nas escolas e faculdades brasileiras como solução de distanciamento social durante a COVID-19. Ao longo dos acolhimentos realizados foram ouvidas queixas relacionadas, em parte, à falta de concentração nos estudos on-line e a sobrecarga de atividades.

Assim, considerando a centralidade do aluno no trabalho da Psicologia escolar e as dificuldades na realização do estágio de forma on-line, as atividades se focaram na relação aluno, família e a adaptação ao Ensino Remoto. Baseado em uma escuta atenta, foi possível ressignificar a rotina de estudos, fazendo com que o adolescente possa adquirir uma atmosfera de aprendizagem em sua própria casa. Para isso, utilizou-se da cartilha desenvolvida pelo CRP-AL (2020), que consta com orientações a respeito da atuação da Psicologia escolar durante a pandemia da COVID-19, a qual expõe sobre a necessidade do aluno compreender o momento de aula, auxiliando-o na escolha de um cômodo da casa com pouca movimentação e ruído, uso de fones de ouvido, o uso excessivo do celular e até mesmo a organização dos materiais necessários no momento.

Com relação ao excesso de atividades, o acolhimento constatou que com o isolamento, os alunos, principalmente as meninas, queixavam-se da sobrecarga de obrigações domésticas. Essa questão abarcou outros pontos, como por exemplo: ansiedade, estresse, insegurança e autoestima.

A ansiedade foi um ponto muito importante a ser trabalhado durante o projeto, visto que os jovens adolescentes e universitários apresentavam agitação e inquietude frente a um futuro indeterminado (ESPÍNDULA, 2021, No Prelo). Segundo Pinto (2021), a ansiedade pode ser benéfica e eficiente quando bem dosada, pois provoca uma competência protetora diante de um fato supostamente ameaçador. No entanto, os adolescentes em sua maioria, possuíam uma ansiedade paralisante com a qual não conseguiam lidar. Essa questão, relacionada ao ensino-aprendizagem,

pode provocar uma desadaptação do jovem ao novo formato de escola, no qual começa a se sentir cansado e a cometer erros banais, levando-o a confirmar, aos seus olhos, sua incapacidade e incompetência. Tal ponto cria um furo em sua autoestima, onde o aluno fica insatisfeito consigo próprio, com sentimento de culpa e supervalorizando seus erros em comparação aos seus acertos (SALLE et al., 2003).

O aconselhamento pode ajudar os clientes a passarem por uma situação de confusão para um estado em que tenham maior clareza sobre os problemas enfrentados (PATTERSON; EISENBERG, 1988). Então, através da redução fenomenológica foi feito o acolhimento e o trabalho com as emoções e sentimentos, sem julgamentos. Após a abertura dada aos adolescentes em serem escutados, se escutarem e fazerem reflexões, pudemos auxiliar nesse processo do aconselhamento, em dar-se conta de si mesmos e ajudá-los a considerar ações possíveis. Além da consideração positiva do conselheiro para com o adolescente, que pode provocar um desenvolvimento ou restauração do senso de cuidado por si mesmo do jovem, encorajando-o a responder as demandas da vida de maneira que desenvolva seu crescimento, autoestima e alteridade, o que se manifestou nos participantes em suas falas, como um empoderamento em suas atitudes (ESPÍNDULA, 2021, No Prelo) (PATTERSON; EISENBERG, 1988).

Também buscou-se um trabalho de consideração positiva dos pais para com os adolescentes, como uma forma de orientar as famílias sobre as possibilidades do manejo da ansiedade e estresse para o desenvolvimento de uma rede de apoio, pois com o desenvolvimento do vínculo familiar e o sentimento de pertencimento a um grupo comunitário, é possível motivar um desenvolvimento pessoal, como uma dependência ontológica, segundo Stein (2000 apud ESPÍNDULA; FERREIRA, 2017).

O processo do estágio proporcionou experiên-



## Acolhimento Psicológico On-line para estudantes

↳ Serviço totalmente GRATUITO

↳ Modalidade On-line

↳ Requisitos: ter entre 12 e 17 anos e ser universitário ou estudante da comunidade da UFRR (Escola Agrotécnica ou Colégio de Aplicação) ou da comunidade externa (regional).

↳ Inscrições através do link :  
<https://forms.gle/JS5oBqmHjGrRaJfs7>



Estágio Escolar  
do curso de  
Psicologia - UFRR



Acolhimento Psicológico Online



@acolhimentonline.psi

cias enriquecedoras, principalmente durante a pandemia, pois foi possível alinhar novas teorias e experiências, dando uma abertura para uma visão ampla do conceito de aconselhamentos on-line voltados para a educação. O estágio abriu portas para um fazer que vai além do tradicional, pois ressignificou-se nos processos tecnológicos. Por conta da pandemia da COVID-19, tornou-se uma opção e abriu espaço para um novo modo de fazer atendimentos psicológicos. Houve uma experiência totalmente diferente no quesito da relação com o cliente pelas telas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o que ocasionou uma grande oportunidade de experiência durante a formação acadêmica.

Outro conhecimento adquirido foi o atendimento com adolescentes no meio escolar utilizando o processo de aconselhamento, pois esta fase da vida costuma trazer “crise”, devido à mudança significativa na vida do jovem e o aconselhamento proporciona atravessar esse momento de maneira mais suave. Foi possível articular os conteúdos estudados com a prática escolar, utilizando este espaço como estratégia de estimular a Saúde Mental. Dessa forma, os objetivos do primeiro semestre desse estágio foram cumpridos com êxito, visto que proporcionaram um desenvolvimento acadêmico, por meio das teorias, e proporciona uma relação interpessoal especializada, com escuta atenta e acolhimento necessário.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, N.; CARNEIRO, P. Potências e desafios da atuação em Psicologia Escolar na pandemia de Covid-19. *Cadernos de Psicologias*, Curitiba, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://cadernosdepsicologias.crppr.org.br/potencias-e-desafios-da-atuacao-em-psicologia-escolar-na-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 17 mai. 21.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução N° 4, de 26 de março de 2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do COVID-19.

CRP-AL. Conselho regional de psicologia de alagoas. Cartilha com orientações para atuação de psicólogos(os) na educação em tempos de crise sanitária pandemia da covid-19. Maceió-AL, 2020.

ESPÍNDULA, J.; FERREIRA, M. Saúde mental: aspectos psicossociais de adolescentes em uma escola rural na perspectiva fenomenológica. In: NEVES, L (Org.). *Psicologia: relatos e experiências*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

ESPÍNDULA, J. Aconselhamento psicológico online na UFRR: uma modalidade terapêutica de cuidado durante a pandemia COVID-19. In: ESPÍNDULA, J.; ANTÚNEZ, A (Org.). *Psicologia fenomenológica e saúde mental durante a pandemia COVID-19: experiências e pesquisas*. IPUSP. 2021. No Prelo.

FROTA, A.; MORATO, H. Uma compreensão fenomenológica da adolescência a partir de narrativas: Winnicott e a reinstalação do si-mesmo. In: MORATO, H. T. P.; BARRETO, C, L. T. *Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PATTERSON, L.; EISENBERG, S. *O Processo de aconselhamento*. São Paulo: Martins Fontes; 1988.

PINTO, E. A ansiedade. In: Pinto, E. *Dialogar com a ansiedade: Uma vereda para o cuidado*. Summus Editorial. 2021.

ROBAERT, D.; SCHONARDIE, E. Educação e práticas para promoção de saúde mental na adolescência. *Revista Contexto & Educação*, v. 32, n. 103, 2017. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6692>. Acesso em: 10 maio. 2021.

SALLE, E. et al. Distúrbios depressivos. In: BASSOLS, A. (Org.). *Saúde mental na escola: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

# PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES: A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA

**Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Luigi Muller Sousa Linhares** - Graduando do Curso de Ciência da Computação da UFRR.

**Joshua Kook Ho Pereira** - Graduando do Curso de Ciência da Computação da UFRR.

**Pedro Vinícius Da Silva Ribeiro** - Graduando do Curso de Ciência da Computação da UFRR.

**Maely da Silva Moraes** -Doutoranda e Mestre em Informática pela UFAM. Docente da UFRR.

**Marcelo Henrique Oliveira Henklain** - Doutor em Psicologia pela UFSCar. Docente da UFRR.

Programar computadores compõe o rol de habilidades básicas para os aprendizes, profissionais e, em última instância, cidadãos do século XXI (WING, 2006). O aprendizado de programação é relevante porque permite a compreensão sobre o funcionamento das tecnologias que impactam a vida de todos. Além de contribuir para analisar e criar soluções a partir de dados. Em síntese, segundo a Unesco (2014), aprender a programar contribui para a emancipação do Ser Humano.

Desse ponto de vista, ensinar programação significa capacitar pessoas para uma leitura crítica e uma atuação transformadora no mundo, orientada por um tipo especial de capacidade para solução de problemas conhecido como pensamento computacional (BISPO et al., 2019). Ressalta-se que esse pensamento consiste em um auxílio à resolução de problemas diversos existentes na vida de uma pessoa ou na sociedade e que, para sua aplicação, não é preciso, necessariamente, a utilização de computadores (CHRISTIAN; GRIFFITHS, 2017). Isso acontece em virtude de o pensamento computacional consistir em um modo de interpretar problemas e de olhar para o mundo a partir do que se aprende em Ciência da Computação, como é o caso da programação.

Além de uma habilidade relevante para a vida, vale lembrar que o aprendizado de programação também aumenta as chances de sucesso na atuação profissional. Em um período de crise de empregos no mundo, é especialmente útil o desenvolvimento de habilidades que permitam às pessoas se capacitarem para um dos poucos mercados, a área de Tecnologia da Informação, nos quais há déficit de profissionais no Brasil (BRASSCOM, 2019).

Dada sua relevância, pensamento computacional, de modo amplo, e programação, em particular, têm sido inseridos no currículo da Educação Básica Brasileira e de diversos cursos de nível superior, ampliando o escopo da Educação em Computação (BISPO et al., 2019). Contudo, o ensino de programação ainda é um desafio, pois muitas pessoas, inclusive, da Computação, têm dificuldade para aprender a programar, provavelmente, porque essa habilidade requer um tipo diferente de pensamento em relação ao que estamos acostumados (LAZZARI, 2013; PEREIRA et al., 2020). Isso fica explícito nas elevadas taxas de evasão nos cursos de Computação, que atingiram entre 2001 e 2005 a terceira maior média brasileira (FILHO et al., 2007).

O conhecimento sobre Educação em Computação (BISPO et al., 2019; PEREIRA et al., 2020) sugere que é preciso tempo, múltiplos exercícios e muito feedback para que se desenvolva a habilidade de programar. Nos cursos que ensinam programação, geralmente os estudantes já iniciam em disciplinas que podem reprovar e nas quais o tempo de um semestre letivo não é suficiente para a familiarização com os termos técnicos e aprendizagem da lógica de programação. Quando o estudante é reprovado em uma disciplina na fase inicial do curso de Computação, isso aumenta as chances de desistência justamente porque, por um lado, percebe a importância nuclear da programação para a Computação e, por outro, sente-se com pouco repertório para aprender essa habilidade (LAZZARI, 2013).

Nesse contexto, fica evidenciado o quanto produtivo e necessário é um projeto de Extensão que possa servir como uma primeira capacitação em programação, sem riscos de reprovação. Ressalta-se que a primeira versão deste projeto, proposta e implementada pelos professores Miguel Santibanez e Delfa Zuasnábar, foi bem avaliada pelos alunos. Isso também motivou a implementação desta ação de Extensão, denominada de “Introdução Prática à Programação de Computadores”, incluindo agora o objetivo de ensinar programação não só para os calouros do curso de Ciência da Computação, como também para a comunidade. Em função das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, definiu-se que o ensino seria remoto, nas modalidades síncrona e assíncrona.

## PLANEJAMENTO DO CURSO

No planejamento deste curso, delimitou-se objetivos de aprendizagem, pois eles são o ponto de partida para a definição do que é preciso avaliar em relação ao desempenho dos alunos e quais metodologias de ensino são mais apropriadas (CORTEGOSO; COSER, 2013). Os objetivos que delimitam o que os estudantes devem aprender foram os seguintes: 1. Escrever programas de computador simples a partir de algoritmos; 1.1. Caracterizar o funcionamento do computador; 1.2. Diferenciar algoritmo de programa de computador; 1.3. Caracterizar tipos de dados; 1.4. Caracterizar estruturas de controle de fluxo; 1.5. Identificar finalidade de programas de computador lidos; 1.6. Formalizar algoritmos em uma linguagem de programação.

A partir desses objetivos, foram organizadas as condições de ensino. As aulas foram ministradas por alunos veteranos, sendo dois bolsistas (instrutores) e cinco voluntários, todos supervisionados por dois professores do curso de Computação. O curso durou seis semanas, cada uma com duas aulas síncronas de duas horas gravadas para posterior revisão. No final de cada aula, era liberado um exercício para a prática do objetivo de aprendizagem trabalhado no dia, o qual estava disponível no ambiente virtual Moodle, e havia também uma atividade do site Code.org. Após o fim das atividades no Moodle, os alunos tinham acesso ao feedback elaborado pelos instrutores.

Também foram elaboradas avaliações de desempenho acadêmico, as quais são necessárias para a identificação da efetividade das condições de ensino em relação à promoção dos objetivos de aprendizagem delimitados (CORTEGOSO; COSER, 2013). Conduziu-se uma avaliação com 14 itens, contemplando todos os objetivos de aprendizagem, aplicada em dois momentos, um antes e outro após o ensino. Realizaram-se avaliações ao longo do curso por meio dos exercícios no Moodle e no site Code.org para que se examinasse, a cada aula, a aquisição dos objetivos de aprendizagem. Finalmente, aplicou-se uma avaliação de satisfação na qual os alunos explicitaram a sua percepção sobre instrutores, estrutura do curso e resultados obtidos.

Participaram da primeira turma 23 estudantes calouros de Ciência da Computação, que ainda

não haviam cursado, na graduação, disciplinas de programação. Os alunos tinham entre 17 e 20 anos, 13 declararam não ter feito nenhum curso de programação. Três alunos declararam trabalhar e estudar, enquanto os outros dedicam-se exclusivamente aos estudos.

## AValiação DO CURSO

Na Tabela 1, verifica-se os resultados obtidos na avaliação dos objetivos de aprendizagem, a partir das 14 questões aplicadas antes do ensino (pré) e após o ensino (pós). A primeira coluna da tabela exibe o objetivo de aprendizagem mensurado e as questões relacionadas a ele. A segunda e terceira colunas exibem a média de notas (em uma escala de 0 a 10) para cada objetivo. Para cada questão respondida pelos estudantes, foi mensurado o quão seguros eles estavam da resposta fornecida (escala de 0 a 100%). As colunas quatro e cinco exibem o percentual médio de segurança nas avaliações. Todos responderam a avaliação diagnóstica e 19 a avaliação final.

Os dados apresentados demonstram que ocorreu melhora na média das notas (de 4,58 pontos na avaliação diagnóstica para 6,83 na avaliação final) entre o início e o final do curso. Além disso, o grau de segurança dos alunos ao responder às questões da avaliação também aumentou (de 36,41% de segurança para 61,80%). Esses dados, que indicam mudança comportamental, sugerem que houve aprendizado decorrente do curso, o que pode ter contribuído com o desenvolvimento do pensamento computacional. Uma evidência adicional dessa conclusão são os dados obtidos, relativos à satisfação dos estudantes com o curso.

Os alunos, tanto aqueles com e sem conhecimento sobre programação, fizeram comentários positivos sobre o curso. Muitos consideraram os conhecimentos adquiridos como uma base para iniciar os estudos na graduação, enquanto outros destacaram a relevância da interação com alunos veteranos, possibilitando a formação de vínculos. Em uma questão sobre o grau geral de satisfação com o curso, mensurado em escala de cinco pontos, a média foi de 4,44 (DP = 0,61) – resultado que indica elevada satisfação.

Objetivo de aprendizagem mensurado	Média das notas		% Média de segurança	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Questões 1 e 2 - Objetivo: “Caracterizar o funcionamento do computador”	2.18	7.78	41.31	63.89
Questões 3 a 6 - Objetivo: “Diferenciar algoritmo de programa de computador”	5.98	7.64	46.74	70.83
Questões 7 a 8 - Objetivo: “Identificar finalidade de programas de computador lidos”	3.70	5.56	50.00	47.22
Questões 9 a 10 - Objetivo: “Caracterizar tipos de dados”	4.57	8.89	32.61	61.11
Questões 11 a 12 - Objetivo: “Caracterizar estruturas de controle de fluxo”	6.31	4.45	19.57	66.67
Questões 13 a 14 - Objetivo: “Formalizar algoritmos em uma linguagem de programação”	4.78	6.67	28.26	61.11
Média geral	<b>4.58</b>	<b>6.83</b>	<b>36.41</b>	<b>61.80</b>

Tabela 1. Comparação entre os resultados da avaliação diagnóstica e da avaliação final

Apesar dos resultados positivos, identificou-se aspectos a serem aperfeiçoados. Muitos alunos relataram dificuldade de concentração nas aulas remotas, o que leva a se pensar na proposição de atividades lúdicas nos próximos cursos para favorecer maior engajamento. Também foi destacado que, conforme o curso avançava, aumentava a dificuldade dos enunciados dos exercícios e de sua resolução. Isso aponta para a necessidade de revisão de instruções das tarefas e o aperfeiçoamento no ensino dos pré-requisitos para a resolução dos exercícios. Tais dificuldades precisam ser melhor examinadas e podem, inclusive, fornecer pistas sobre o que precisa ser aprendido para reduzir dificuldades no aprendizado de programação (LAZZARI, 2013). Por fim, identificou-se comentários de que o curso deveria ter maior duração e de que se poderia solicitar um projeto que requisesse o uso de todos os objetivos de aprendizagem trabalhados. A implementação dessa ideia poderia consistir em uma avaliação sobre pensamento computacional.

Avaliou-se que parte das limitações identificadas estão relacionadas com a falta de proximidade entre instrutores e alunos. Na primeira versão do projeto, organizada pelos professores Miguel e Delfa, houve relatos de que foi mais fácil para os alunos manifestarem suas dúvidas, sendo possível acompanhá-los em suas atividades práticas após a aula, bem como lidar, de modo mais efetivo, com dúvidas recorrentes. Na versão remota, o feedback das atividades era enviado pelo ambiente virtual de forma individual. Não foi possível confirmar se os alunos leram esse material e não houve uma parte na aula dedicada a discussão de erros ou dúvidas comuns.

A próxima etapa desse projeto será realizada com membros da comunidade de Boa Vista, independentemente de seu vínculo com um curso da área de computação. A duração será a mesma, mas mudanças ocorrerão para que os problemas relatados possam ser contornados, como apresentar erros comuns nas aulas e alterar a forma de fornecer feedback a fim de que os alunos sejam incentivados a revisar seus erros.

É esperado que os alunos, participantes deste projeto, tenham desenvolvido um pou-

co do pensamento computacional por meio da aquisição ou aperfeiçoamento de um repertório básico sobre lógica de programação, suficiente para aumentar as chances de êxito nas disciplinas iniciais de programação. Espera-se, ainda, na próxima fase deste projeto, capacitar membros diversos da comunidade de Boa Vista em relação à programação, contribuindo, assim, com a ampla disseminação dessa habilidade fundamental para os cidadãos do século XXI, além de favorecer a inclusão digital.

#### REFERÊNCIAS

- BISPO-Jr., E. L.; RAABE, A.; MATOS, E.; MASCHIO, E.; BARBOSA, E. F.; CARVALHO, L. G.; BITTENCOURT, R. A.; DURAN, R. S.; FALCÃO, T. P. Tecnologias na Educação em Computação: Primeiros Referenciais. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 28, p. 509-527, 2019. <https://10.5753/RBIE.2020.28.0.509>
- BRASSCOM. Formação educacional e empregabilidade em TIC: achados e recomendações. São Paulo: Brasscom, 2019. Disponível em <<https://bit.ly/3itpFNI>>. Acesso em 02 de outubro de 2020.
- CHRISTIAN, B.; GRIFFITHS, T. Algoritmos para viver: a ciência exata das decisões humanas. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- CORTEGOSO; A. L.; COSER, D. S. Elaboração de programas de ensino: material autoinstrutivo. São Paulo: EdUFS-Car, 2013.
- FILHO, R. L. L. S.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300007>
- LAZZARI, C. L. Características da classe de comportamentos 'programar computadores' como parte da capacitação de profissionais da computação. Dissertação apresentada ao Programa de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em <<https://bit.ly/3m-7GrXH>>. Acesso em 16 de outubro de 2021.
- PEREIRA, F. D.; OLIVEIRA, E. H. R.; OLIVEIRA, D. B. F.; CRISTEA, A. I.; CARVALHO, L. S. G.; FONSECA, S. C.; TODA, A.; ISOTANI, S. Using learning analytics in the Amazonas: Understanding students' behaviour in introductory programming. *British Journal of Educational Technology*, v. 51, n. 4, p. 955-972, 2020. <https://doi.org/10.1111/bjet.12953>
- UNESCO. Learn by coding. Disponível em <<https://en.unesco.org/news/learn-coding>>. 2014. Acesso em 15 de outubro de 2021.
- WING, J. Computational thinking. *Communications of the ACM*, v. 49, n. 3, p. 33-35, 2006. <https://doi.org/10.1145/1118178.1118215>

# APRENDIZAGEM PSICOAFETIVA E PLURILINGUISMO - EMPOWERMENT NA APRENDIZAGEM SOCIOLINGUÍSTICA DOS IDIOMAS ITALIANO, ESPANHOL E INGLÊS

## Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Marcelo Naputano** - Doutor em Psicologia Social pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Docente da UFRR.

**Antonio Aparecido Giocondi** - Mestre em Línguas Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente da UFRR.

**Maria Helena Valentim Duca Oyama** - Doutora em Letras Estudos Literários pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Docente da UFRR.

**Eliaine de Moraes Belford** - Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Docente da UFRR.

**Eweline Mikaely Gomes Monteiro** - Especialista em MBA em Gestão do Turismo pela Universidade Gama Filho – UGF. Técnica-administrativa da UFRR.

A Mobilidade Humana é um dos elementos de grande relevância do processo de mudanças globais que têm alterado os vínculos espaciais e as representações sociais das comunidades. Nossas sociedades atuais são marcadas pela diversidade, heterogeneidade e complexidade das relações humanas, que evidenciam a necessidade de aprendizagem das diversas línguas/culturas na construção de um plurilinguismo que não se limita apenas à compreensão da forma gramatical das línguas, como uma atividade exclusivamente técnica.

Contudo, precisamos definir os termos poliglota, multilinguismo e plurilinguismo. Normalmente se utiliza o termo multilinguismo para se referir a capacidade de uma pessoa em falar várias línguas, no entanto, seria mais apropriado falarmos em multilinguismo com o significado da característica de um território geográfico com a presença de muitas línguas. O Brasil, por exemplo, é um País multilinguístico diferente do que pode imaginar no senso comum pois, hoje são falados por volta de 210 idiomas em terra brasileira. As nações indígenas autóctones do país falam cerca de 170 línguas, já as comunidades dos descendentes dos imigrantes falam outras 30 línguas e, por fim, as comunidades surdas do Brasil ainda duas línguas, Libras e os sinais Urubu-Kaapor.

O Brasil pode ser caracterizado como um país de muitas línguas como a maioria dos países (SMAHA, E. & PENKAL, L. L., 2018). Já o termo poliglota (do grego polyglōttos, composto da poly-, muitas e glōtta 'línguas') não pode ser confundido com a capacidade plurilinguística,

pois essa é algo que vai para além do ser ou não poliglota, individua uma forma mentis capaz de compreender diversas linguagens e, a partir desta habilidade, aprender um crescente número de línguas/culturas.

Segundo um estudo publicado em 2012 pela British Council, ONG do Reino Unido, somente 5% da população brasileira poderia ser considerada fluente em língua inglesa. No mesmo ano a EF Education First, escola especializada no ensino de idiomas e intercâmbios, avaliou a gramática, o vocabulário, a leitura e compreensão de 1,7 milhão de adultos de 54 países. O Brasil ficou na 46ª colocação. No âmbito universitário esta deficiência pode ser observada pelo enorme interesse que Portugal desperta como destino final do programa Ciências sem Fronteiras. Certamente que Portugal tem grandes Universidades mas, nos parece também, que esta preferência brasileira leve em consideração a língua portuguesa por falta do domínio de outros idiomas a nível universitário (MORIN, 2000).

Desse modo, a temática é fundamental para contribuir com a política de internacionalização da Universidade Federal de Roraima (UFRR) por meio da criação de um ambiente favorável para difusão e aprendizagem de línguas estrangeiras como uma forma de propagar um plurilinguismo necessário ao crescimento pessoal e institucional. Socialmente, a relevância demonstra-se no fato de que o Brasil tem, em termos internacionais, demonstrado um baixo índice de aprendizagem de línguas. No mundo globalizado, não ter acesso a esta aprendizagem como um valor educativo existencial, coloca em risco a importância da construção de um Brasil que tenha a universalidade desejada do ponto de vista do plurilinguismo.

Nossa metodologia baseou-se nas perspectivas teóricas do socioconstrucionismo e da Teoria Sistêmica Relacional onde falar sobre uma “coisa” não é sinônimo imediato de fazer esta mesma “coisa”, ou seja, falar em educação não é necessariamente educar; falar em relação não é necessariamente se “relacionar”, falar em “aprendizagem” não é necessariamente aprender (GERGEN, 2009). Desse modo, nosso método foi aquele de uma ação prática por meio da construção do PRAZER no aprender/ensinar as línguas italianas, espanhola, inglesa e, posteriormente, a inclusão do francês.

Para tanto, os docentes do curso -profissionais com vivência nas línguas estrangeiras - apresentaram-se como mediadores psicoafetivos na promoção de discursos nas línguas acima especificadas visando favorecer um processo de empoderamento da criação da mentalidade plurilinguista. Os encontros foram informais, onde as línguas estrangeiras foram trabalhadas pelos docentes/mediadores na própria língua de referência do encontro.

Foram realizadas atividades em dois semestres. Um primeiro momento de encontros presenciais, no segundo semestre de 2019, realizados no NUCELE, de 27 de agosto a 03 de dezembro 2019 com um total de 36 (trinta e seis) horas/aula/atividade nas três línguas supracitadas. Com o surgimento da COVID-19, as atividades foram retomadas na modalidade on-line por meio da plataforma Google Meet, de 12 de outubro a 18 de dezembro de 2020, com uma carga horária de 20 (vinte) horas nas mesmas línguas do semestre anterior, com o acréscimo do Francês. O resultado foi a maior capacidade/abertura na aprendizagem nas línguas/culturas mencionadas, o que contribuiu para criar uma mentalidade plurilíngue.

O objetivo geral deste trabalho foi criar um espaço de aprendizagem psicoafetiva utilizando as vertentes Socioconstrucionista e Teoria Sistêmica Relacional, ambas da Psicologia Social, para o empoderamento do saber sociolinguísticos nos referidos idiomas. Neste sentido, contribuirmos para a promoção de ações que visam o acolhimento linguístico com a criação de um ambiente plurilíngue e multicultural, segundo a decisão Nº 013/2018-CEPE da UFRR em sua política linguística de internacionalização.

Os objetivos específicos foram os seguintes: criar um espaço de aprendizagem psicossocial de relações sociolinguísticas afetivas que não se reduza aos aspectos formais das línguas; oferecer à Comunidade Acadêmica da UFRR e sociedade em geral de Boa Vista, um espaço onde possam aprender, na prática, as línguas italiana, espanhola, inglesa e francesa; empoderamento na aprendizagem sociolinguística de idiomas e, por fim, estimular o interesse dos discentes da instituição no aprendizado de línguas favorecendo os convênios de mobilidade internacional da UFRR.

afetiva plurilinguística nas línguas/culturas italiana, espanhola, inglesa e francesa. A construção das aulas a partir das relações afetivas estabelecidas demonstrou o quanto a educação parte da co-construção relacional para que a aprendizagem possa efetivamente ocorrer (PARTON, N. & O'BYRNE, P., 2005). Isso pode-se verificar na inscrição de alguns alunos contemporaneamente em mais de uma língua no projeto. Podemos considerar os objetivos do nosso projeto como atingidos em função do interesse manifesto pelos participantes na continuidade do curso nos próximos semestres.

Certamente que as relações, em função da pandemia do COVID e a modalidade ERE, ofereceram desafios, pois os discentes manifestaram a dificuldade de permanecerem com as câmeras e áudio abertos. Assim, evidenciou-se que o projeto tem maior perspectiva de resultados na forma presencial que na modalidade ERE. A decisão final foi a de concluirmos o projeto no final de 2020 na expectativa do retorno presencial para darmos continuidade a proposta de Extensão.

## REFERÊNCIAS

GERGEN, K. *Constructing Worlds Together. Interpersonal Communication as Relational Process*. Penguin Academics, 2009.

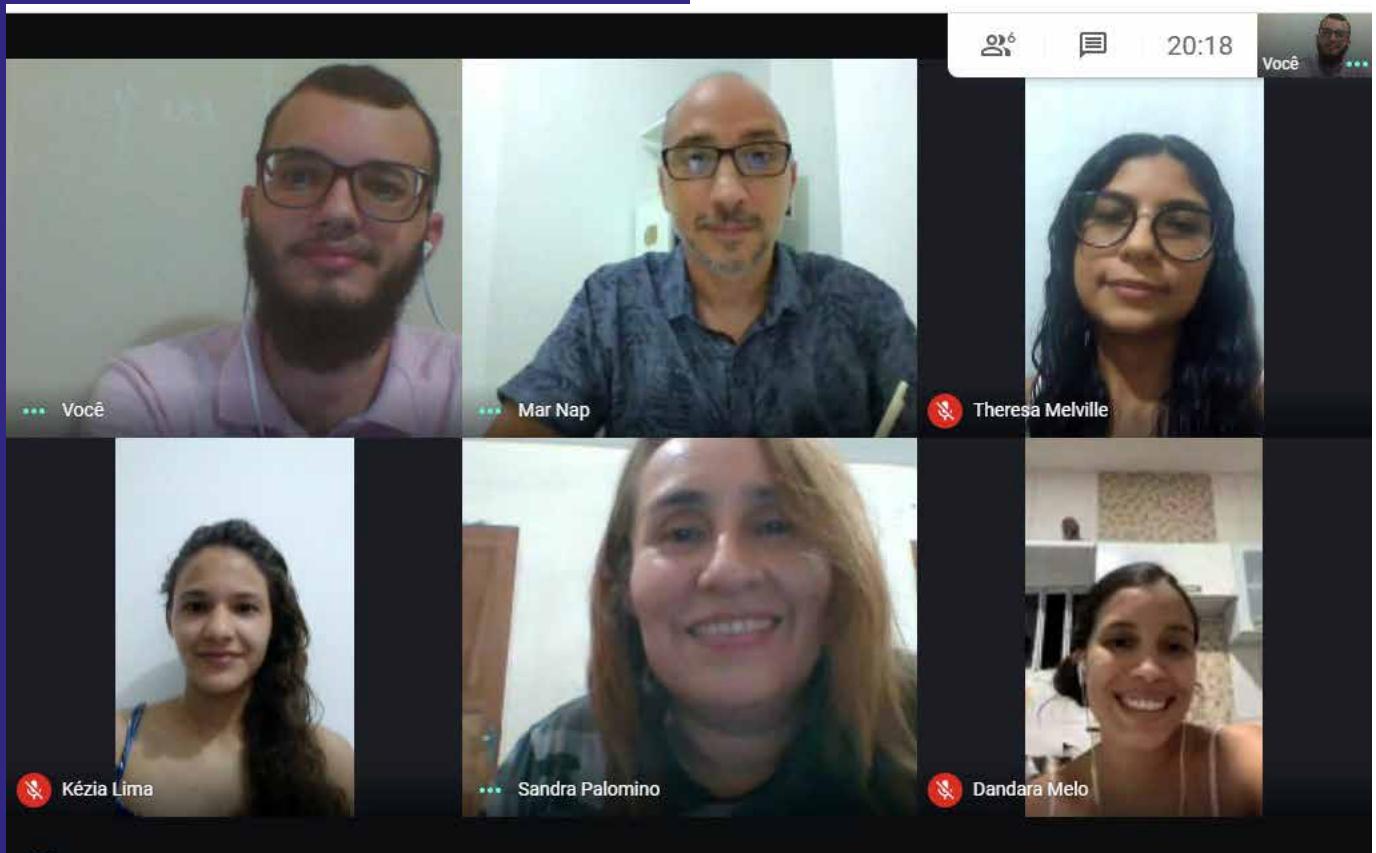
MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília; Unesco, 2000.

PARTON, N. & O'BYRNE, P. *Costruire soluzioni sociali. Costruzionismo e nuove pratiche di lavoro sociale*. Trento: Centro Studi Erickson, 2005.

SANTAMBROGIO, A. *Costruzionismo e scienze sociali*. Perugia: Morlacchi, 2010.

SMAHA, E. & LOREGIAN-PENKAL, L. . *Desmistificando o monolinguismo no Brasil: a língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná*. SLOVO - Revista de Estudos em Eslavística, v. 1, p. 58, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/slovo/article/view/16031>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

WATZLAWICK, P & BEAVIN, J., & JACKSON. D. *Pragmatica della comunicazione umana*. Roma: Astrolabio, 1971.



# COMUNICA CCOS: COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL-JORNALISMO

**Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Sandra Gomes** - Professora do Curso Comunicação Social-Jornalismo. Coordenadora do projeto Comunica CCOS DIREX No 23129.008.996/2019-79. sago.sagorr@gmail.com

**José Tarcísio de Oliveira Filho** - Professor e Coordenador do Curso de Comunicação Social-Jornalismo. jose.tarcisio@ufr.br

A Comunicação nas organizações é cada vez mais vista como estratégia, com objetivo de criar e fortalecer a imagem, seu relacionamento e a interação destas instituições com seus públicos. Essas iniciativas precisam que os processos sejam realizados de forma abrangente e integrada, a fim de sintonizar a mensagem e garantir sua unidade em diferentes meios. Com isso, garante-se uma comunicação mais eficaz, com maior alcance e engajamento. Para além da produção de notícias, conteúdo e sua publicação em diferentes veículos, trata-se de identificar os seus públicos e seus objetivos e escolher ferramentas de comunicação adequadas para sintonizar a mensagem, de forma a garantir sua unidade nos diferentes meios.

A Comunicação Institucional é uma das ferramentas para coordenar a comunicação interna e externa, contribuindo para posicionar as ações, valores, conceitos e a filosofia da organização junto ao público.

O projeto de extensão “Comunica CCOS” iniciou em 2019, por meio das disciplinas “Gestão e Planejamento de Mídia” e “Assessoria de Comunicação/Comunicação Organizacional”. Nesta ação, observou-se que o curso de Comunicação Social-Jornalismo (CCOS) necessitava de um canal oficial para divulgação de suas atividades. A partir daí, foi dada ênfase em trabalhar a criação de um canal unificado, unindo todas as publicações em uma conta oficial. Iniciou-se então a padronização das contas em um canal oficial nas redes sociais (Instagram, YouTube, Facebook), além da página oficial do curso no Portal institucional da UFRR. Primeiros passos para fortalecer a identidade institucional, construída ao longo de seus 31 anos de criação.

Ao utilizar a comunicação institucional, estabeleceu-se como caminho para dar visibilidade

ao CCOS através da promoção do trabalho realizado pela coordenação e quadro de professores e alunos. Assim, a premissa de se posicionar perante seus públicos externos e a sociedade foi sempre pensada em conjunto com sua comunicação interna da instituição e do curso, para identificar e planejar o clima organizacional, sua produtividade e metas a serem desenvolvidas.

Neste sentido, estabeleceu-se a promoção dos trabalhos realizados pela coordenação, professores e alunos, com a premissa de se posicionar perante seus públicos externos e a sociedade. Ao mesmo tempo, buscou-se trabalhar o público interno da instituição e do curso, para identificar e planejar o clima organizacional, sua produtividade e metas a serem desenvolvidas.

O projeto também incluiu o diálogo com a sociedade, fundamento da Extensão universitária, de forma a contemplar “a inserção institucional, política, geográfica e social do Jornalismo no contexto amazônico”, além de incluir “...condições mais objetivas para promoção da interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática, graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão (PPC, 2015, P.10). Para tanto, a ação aproveitou as potencialidades das mídias digitais, tornando os canais além de informativos, produtores de conteúdo sobre o CCOS e suas diversas atuações no Ensino, Pesquisa e Extensão. O PPGCOM, grupos de pesquisa e ações de Extensão estão alinhados aos canais institucionais do CCOS.

A atividade de Extensão proporciona aos estudantes experiência nas diversas áreas da Comunicação, como: na criação e elaboração de pauta; redação jornalística, ciberjornalismo, comunicação organizacional/assessoria de imprensa, webjornalismo, design e diagramação, fotojornalismo, telejornalismo e audiojornalismo. A ação integra todas as disciplinas do curso, o que garante visibilidade à produção acadêmica da graduação e proporciona à sociedade conteúdos sobre Comunicação e o Jornalismo.

Aliar teoria à prática é preponderante na formação jornalística contemporânea. Acrescenta-se a isso, o papel da Extensão Universitária na preparação do indivíduo para o mercado de trabalho, pois ao inseri-lo no contexto social, abre espaço para o conhecimento crítico e à compreensão do Jornalismo para a cidadania.

Essa convergência de saberes, ao serem incluídas no ambiente digital, conduz os futuros profissionais a aperfeiçoarem conhecimentos e habilidades necessárias ao mundo moderno, visto que, cada vez mais, os jornalistas são exigidos a adaptarem-se às constantes mudanças tecnológicas. Dentre elas, enfatiza-se a relação com os leitores/usuários.

A rede digital concedeu novos desafios ao processo de fazer notícia, em especial, à mudança da função do receptor, que deixa de ser um ente passivo e passa a produzir – e compartilhar – o que o rodeia, participando direta e efetivamente da construção da notícia.

Trata-se, portanto, de um novo cenário no qual se concede um inédito poder de expressão à sociedade, com canais de comunicação abertos e atentos aos cidadãos/consumidores de notícias. Esta condição exige maior especialização por parte dos jornalistas e, ao mesmo tempo, maior capacidade para dialogar com temas universais e transdisciplinares ou transversais ao campo da Comunicação. Tais jornalistas são chamados não apenas à presteza técnica e a ações éticas bem definidas, mas à reflexão e à reorganização da atividade como um todo – dos fundamentos mais primitivos, aos novos paradigmas da era da Informação (PPC, 2015, p. 9)

Essa vertente impõe, cada vez mais, a necessidade de uma imprensa ética, livre, honesta e pluralista para a construção da democracia e da cidadania. Credibilidade é o maior ativo jornalístico e o leitor/usuário/receptor é um fiscalizador natural desta atividade. Tal prática tem avançado de forma significativa na formação profissional do egresso de jornalismo do Curso de Comunicação - Jornalismo da UFRR.

A UFRR possui um portal de notícias que abriga as páginas de seus respectivos cursos, centros, coordenações, fundações e demais atividades. Assim, o site do curso é importante para informar a comunidade universitária e a população sobre a produção realizada pela coordenação. Para tanto, é necessário que a página tenha manutenção constante, a fim de cumprir a exigência dos usuários, que esperam a produção de material jornalístico de qualidade.

A produção de conteúdo ocorre em duas etapas: antes e depois da pandemia pela COVID-19. Anteriormente, os alunos e docentes utilizavam

os laboratórios do curso para produzir conteúdo, sejam eles, redação jornalística, diagramação, editoração, radiojornalismo e telejornalismo. Mas, a partir do momento que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a situação emergencial do Coronavírus como pandemia, todas as atividades tornaram-se remotas (reuniões, lives e demais atividades de orientação) sob a orientação da coordenação do Programa.

Para dar visibilidade ao curso, buscou-se criar uma página, com a mesma identidade visual do portal da UFRR, com a publicação de fotos, vídeos, audiojornalismo, atividades administrativas e demais eventos relacionados à graduação.

Como o curso não tem ainda uma Marca estabelecida, optamos por espelhar a Marca institucional da UFRR, como sinal que identifica o CCOS. De acordo com o Manual de Identidade Visual da UFRR, escolhemos o brasão vermelho, visto que é conhecida como a cor do Jornalismo. Com isso, criamos uma identidade visual para as peças do curso e, ao mesmo tempo, fortalecemos a marca institucional da UFRR.

O projeto baseou-se nas disciplinas de Assessoria de Imprensa/Comunicação Organizacional, Gestão e Planejamento de Mídia e nas disciplinas de Redação Jornalística, onde eram elaborados conteúdo para as redes sociais e para o site. A partir de 2020, com as exigências para estágio curricular supervisionado aos estudantes dos Cursos de Jornalismo, o projeto passou a abrigar alunos e isso facilitou a produção de conteúdo específico para o Comunica. Além de lives no Facebook e Instagram, passamos a ter conteúdos semanais, como o #TBT (do inglês: Throwback Thursday), podcasts, dicas de livros, filmes e documentários, entre outros.

O objetivo dessas ações é aprender, desenvolver e aplicar novas linguagens jornalísticas, ao trabalhar o conceito de Comunicação Integrada, que segundo Bueno(...) consiste no conjunto articulado de esforços, ações, estratégias e produtos de comunicação, planejados e desenvolvidos por uma empresa ou entidade, com o objetivo de agregar valor à sua marca ou de consolidar a sua imagem junto a públicos específicos ou à sociedade como um todo (BUENO, 2010, P. 12, grifo nosso).

Esse conceito ganha contornos ampliados ao acrescentar a visão dos professores Margarida

Kunsch, Wilson da Costa Bueno e Jorge Duarte, que apontam, em uma ação sinérgica entre as diversas formas de comunicação, a busca pelo equilíbrio entre os interesses da organização e do público.

A organização do material é feita pela coordenação do Programa e do curso. As pautas seguem as ações da coordenação do curso de Comunicação Social/Jornalismo, atualizações da área e das disciplinas. Realizamos reuniões semanais para discussão de pautas para o site, destaques na cobertura jornalística e deliberação de materiais conceituais, cuja produção demanda tempo e cuidado por parte da equipe, com participação dos bolsistas do Programa e docentes do curso.

As equipes atuam em horários distintos, a fim de criar uma rotina de produção de notícias compatível, que possibilite o alcance do público interno e externo. Outro aspecto é o de fornecer, através do site, visibilidade para os trabalhos produzidos nas disciplinas. Para isso, é dado um tratamento jornalístico diferenciado para essas produções, que poderão referenciar futuros trabalhos de pesquisa e Extensão, como, por exemplo, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), produção nas disciplinas e de grupos de pesquisa, entre outros.

Este programa pretende, principalmente, ser um laboratório de práticas disciplinares e traz em sua origem o conceito de aprimoramento e transformações constantes. Tal conceito pode-se antever na abordagem de Triviños apud Smolarek (2014), quando aponta a constante mutação dos fenômenos e objetos do mundo, sempre em constante transformação.

O Comunica CCOS é um programa que surge com o propósito de aprimorar a formação acadêmica dos estudantes de Comunicação/Jornalismo, dando visibilidade às ações do Curso, trazendo à prática e atualizações técnicas. Nesse sentido, propõe-se a ser um elemento que alinhe a prática laboratorial das disciplinas, com o caráter institucional do Curso de Comunicação Social-Jornalismo. O projeto tem como objetivo geral aprimorar a formação acadêmica dos estudantes somando-se a ação de comunicar às realizações administrativas e acadêmicas do Curso de Comunicação Social-Jornalismo, ligando informações sobre a área de comunicação e afins, colocando alunos e professores em diálogo com a sociedade por meio de suas representações.

Como objetivos específicos listamos: a) Identificar, por meio da pesquisa científica as necessidades que envolvem o trabalho e a estrutura das assessorias de comunicação públicas em Boa Vista/RR; b) Servir como laboratório das disciplinas práticas do Curso junto à sociedade e suas representações, como sindicatos e escolas, por exemplo; c) Fornecer e garantir a visibilidade dos trabalhos e ações realizadas pelo corpo acadêmico do Curso; d) Informar e capacitar, através de cursos e oficinas, às comunidades internas e junto à sociedade e suas representações, sobre o trabalho realizado pelo Curso de Comunicação Social/Jornalismo.

Evidencia-se então que tal atividade possibilita a prática em várias áreas do Jornalismo, criando um laboratório prático com inserções diárias de conteúdo nas mais variadas formas. Garante-se ainda uma visibilidade à produção das disciplinas do curso, sendo um canal e uma vitrine da produção acadêmica para os estudantes, jornalistas atuando no mercado e sociedade em geral.

Trabalhar com o aspecto teórico, amparado fortemente no aspecto prático é um fator preponderante na formação do jornalista contemporâneo. Tal aspecto é destacado no Projeto Pedagógico do Curso de Comunicação Social - Jornalismo. E a Extensão universitária é decisiva para garantir a formação profissional do egresso de jornalismo.

Vinculado à coordenação do Curso, o Comunica CCOS se propõe a dar visibilidade às ações institucionais, informando aos alunos, profissionais de comunicação e à sociedade em geral, as ações realizadas. Outro aspecto importante é dar visibilidade à produção feita pelos alunos nas disciplinas ofertadas durante os oito semestres do Curso. Conteúdos de Telejornalismo, Audiojornalismo, Ciberjornalismo, projetos de pesquisa e Trabalhos de Conclusão de Curso, entre outros, são publicados no site. Isso gera visibilidade e engajamento entre alunos e profissionais, além de promover uma interação social via recursos disponíveis nas plataformas de redes sociais e no próprio processo de produção de conteúdo.

## REFERÊNCIAS

BUENO, Wilson da Costa. Relacionamento com a mídia: uma nova leitura a partir da teoria da complexidade. Trabalho apresentado originalmente ao Grupo de Trabalho Comunicação nos contextos organizacionais do XXII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal da Bahia, Salvador, de 04 a 07 de junho de 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/ufrr/Downloads/9734-69898-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ufrr/Downloads/9734-69898-1-PB%20(1).pdf), acesso em 01/09/2020.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de Assessoria de Imprensa. Disponível em: <https://www.doccity.com/pt/cem-anos-de-assessoria-de-imprensa/4827984/> Acesso em 01.09.2020.

CHINEM, Rivaldo. Assessoria de imprensa: como fazer. São Paulo: Summus, 2003.

COMASSETTO, Leandro Ramires; RHODEN, Valmor. Da assessoria de imprensa à comunicação integrada: os desafios do cenário digital. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 8, n. 12, p. 96-108, jan./jun. 2017. Disponível em <https://revistas.utfpr.edu.br/de/article/viewFile/5699/4998>. Acesso em 01/09/2020, às 15h49.

DUARTE, Jorge (Org.). Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

GOMES, Itania Maria Mota. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. Este artigo foi apresentado em encontro do Centre d'Etudes des Images et des Sons Médiatiques/CEISME, Université Sorbonne-Nouvelle, em 05 de abril de 2007. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, COMPÓS, Abril de 2007 - 2/31. Disponível em: [www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos).

JENKINS, Henry. A cultura da Convergência. Editora Aleph, 2009.

KUNSCH, Margarida. Obtendo resultados com relações públicas. São Paulo: Pioneira, 2001.

NETO, Manoel. O que é comunicação institucional? 2010. Disponível em: <https://observatoriadacomunicacao.org.br/comunicacao-institucional/>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

PECIN, Giselle Dias Galindo. Um Estudo sobre a Assessoria de Imprensa como Atividade Jornalística. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 27 a 29 de maio de 2010. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2010/resumos/R21-0121-1.pdf>. Acesso em: 01/09/2020 às 15h47.

PPC. Projeto Político Pedagógico do Curso de Comunicação Social-Jornalismo/UFRR. 2015.

RUÃO, Teresa; DUARTE, Jorge; TAVARES, Henrique et al. Comunicação estratégica e integrada: a visão de renomados autores de 5 países. 1. ed. Brasília: Editora Rede Integrada, 2020. 512 p.



# TREINANDO CAMPEÕES: SENSIBILIZAÇÃO SOBRE HÁBITOS E HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS

## **Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Fabiana Granja** - Doutora em Clínica Médica, Bióloga, bacharel e licenciada, professora do Centro de Estudos da Biodiversidade -CBio/UFRR.

**Edimilla Carneiro da Cunha Aguiar** - Mestre em Recursos naturais – PRONAT/UFRR, Bióloga, bacharel.

**Wilson Pereira Lima Junior** - Mestre em Recursos naturais – PRONAT/UFRR, Biólogo, bacharel.

O projeto de Extensão Treinando Campeões desenvolveu, dentro das políticas de ensino propostas pela UFRR, a interação entre a Universidade e a comunidade, por meio de conceitos inovadores, espaço para a reflexão fora de sala de aula e disciplinas específicas. A ideia era trabalhar o desenvolvimento do Ser Humano como um todo, utilizando suas diferentes habilidades e conhecimentos, com base em várias áreas do saber, por meio da indissociabilidade entre a pesquisa, o ensino e a Extensão. O principal foco desta iniciativa foi acompanhar as tendências do mercado, aliar os aprendizados adquiridos na academia com a prática e atender as demandas sociais, além de desenvolver o pensamento científico dos envolvidos.

A partir das ações na UFRR, desenvolveu-se uma apresentação para alunos da 3º série do Ensino Médio, que estavam em pré-vestibular, e para os servidores do Hospital Materno Infantil

Nossa Senhora de Nazaré (HMINSN), lembrando que a ação busca fomentar o autoconhecimento e ampliar as habilidades necessárias para o cotidiano profissional.

Com quatro horas de imersão, o projeto disponibilizou para o público estratégias para auxiliar no desenvolvimento e potencialização da aprendizagem, realização de metas e objetivos. Além do conteúdo expositivo, os participantes receberam uma apostila, onde criavam observações e descreviam suas metas e objetivos para a sua realidade.

Na ocasião, a iniciativa estimulou os indivíduos a realizarem autorreflexão e avaliar seu aprendizado, desenvolvimento pessoal, profissional e habilidades para aliar esses elementos em suas atividades cotidianas. Além disso, promoveu o trabalho em grupo e o estímulo à gestão e ao pensamento inovador.

Com base nos trabalhos de autores como Zak (2012); Cuddy (2016) e Charles (2012), produziu-se um material didático (apostila) com alguns exercícios. Além do material organizado pela professora Dra. Fabiana Granja.

O projeto teve 143 participantes, dentre esses, 37% eram alunos da graduação ou pós-graduação (mestrado/doutorado) da UFRR, 16% eram servidores da instituição (técnicos e professores) e 47% desse total eram da comunidade externa conforme a Tabela 01.

Inicialmente, as atividades foram apresentadas para um grupo de sete alunos do laboratório (E01), o que serviu como um teste de aceitação, facilitando a avaliação e a melhoria do curso. A partir do retorno positivo, abrimos vagas para mais pessoas. O segundo teste para a execução do projeto (E02) foi com os servidores do Centro de Estudos da Biodiversidade (CBio).

Nesses dois momentos, os participantes se emocionaram e todos realizaram as atividades e trocas de experiências. A partir daí, combinamos e decidimos realizar um evento com mais pessoas, no dia 04 de setembro de 2019, no Espaço pedagógico Pablo Acosta, com 40 inscritos (E03). Durante este evento, tivemos alunos e professores do CBio, egressos, alunos de outros Centros, servidores e professores de outros setores da UFRR, além de docentes estaduais e municipais.

Com o sucesso desse evento, fomos convidados para apresentar o curso (E04) para um grupo de alunos que estavam prestes a participar do ENEM e os vestibulares. Esta atividade foi adaptada para a idade e interesse dos alunos, realizada em 30 de outubro de 2019. A ocasião possibilitou um momento especial, de reflexão e desenvolvimento pessoal, o que contribuiu para o equilíbrio emocional dos estudantes, que ficaram mais calmos, focados e preparados para os desafios das provas.

Sigla	Identificação	Alunos UFRR	Servidores UFRR	Comunidade externa	Total de participantes
(E01)	Evento 01	07 (100%)	0	0	07
(E02)	Evento 02	10 (50%)	5 (25%)	5 (25%)	20
(E03)	Evento 03	21 (48,8%)	13 (30,2%)	9 (20,9%)	43
(E04)	Evento 04	0	0	27 (100%)	27
(E05)	Evento 05	0	0	16 (100%)	16
(E06)	Evento 06	15 (50,0 %)	5 (16,6 %)	10 (33,3%)	30
<b>Total</b>		<b>53 (37,0 %)</b>	<b>23 (16,0 %)</b>	<b>67 (46,8%)</b>	<b>143</b>

Tabela 1. Total de participantes divididos entre alunos, servidores da UFRR e comunidade externa nas ações do Programa de Extensão "Treinando campeões", registrada e apoiada pelo Centro de Estudos da Biodiversidade (CBio/ UFRR).

Em 25 de novembro de 2019, no Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazaré (HMINSN), a convite, apresentarmos esse evento (E05) para alguns dos servidores da unidade de Saúde, o que foi muito importante para o diálogo e o estreitamento das relações entre a universidade e a sociedade.

Neste sentido, no mesmo mês, ministrou-se um minicurso com o tema “Apresentação e Layouts Científicos” (E06), por meio da apresentação de ferramentas populares para criação de layouts destinados à apresentação de trabalhos científicos, a fim de harmonizar a fala e o recurso visual, com a postura, síntese e domínio entre conteúdo e tempo de fala. Para envolver a formação de profissionais capacitados, os mestrandos em Recursos Naturais (PRONAT/UFRR) Edimilla Carneiro da Cunha Aguiar e Wilson Pereira Lima Junior, elaboraram a capacitação de alto nível.

Essa atividade foi pontual e contou com a presença de trinta participantes. Para a ministrante Edimilla Carneiro, foi uma experiência ímpar poder transmitir os conhecimentos adquiridos durante sua trajetória na UFRR. “Desde minha adolescência eu gostava de fazer apresentações e tinha habilidade com montagem de material gráfico. Essas habilidades foram desenvolvidas durante minha formação acadêmica (...) Eu identificava muita dificuldade, dos meus colegas, em transformar o escrito em oratória e em montar o material gráfico da apresentação. A fim de sanar essa necessidade, surgiu a ideia de compartilhar o conhecimento”, explicou.

O minicurso demonstrou a demanda por esse tipo de qualificação, sendo assim, buscamos trabalhar no futuro com mais atividades também nesse sentido. Como destaca Wilson Júnior, um dos mestrandos que contribui com a ação: “Enquanto monitorava as inscrições, fiquei surpreso que, logo nas primeiras horas, as vagas todas já foram preenchidas. Isso confirma a necessidade do curso e o interesse dos alunos, do quadro técnico e docente da UFRR”.

O mestrando ficou surpreso que poucos participantes sabiam das diversas ferramentas disponíveis no software PowerPoint, que possibilitam deixar os slides mais dinâmicos e, assim, prender a atenção do público.

Essas ações foram desenvolvidas para apresentar as habilidades socioemocionais para a sociedade, sensibilizando o público de que essa temática também é Ciência e que pode ser utilizada por todos para a melhoria das atividades do dia a dia.

Durante as atividades, trabalhamos principalmente a exposição e abertura para as novas experiências, o que produzir e o que precisa ser feito, compreender-se como indivíduo em processo de formação e a importância de atuar em equipe, com foco e estabilidade emocional. O projeto foi baseado nos estudos da Teoria de Personalidade (TUPES, 1961; GOLDBERG, 1993) e, atualmente, há uma proposta de adaptar esses modelos para o campo educacional. Uma delas é semelhante a nossa e ocorre no Rio de Janeiro com alunos de escolas públicas (SANTOS, 2014).

As dinâmicas em sala de aula são práticas pertinentes, pois rompem barreiras e permitem que os indivíduos exponham suas potencialidades, sentindo-se capazes de construir, expor, dialogar e expressar novas propostas com êxito no mundo acadêmico.

Neves (2021) destaca que as instituições de ensino superior podem contribuir para formar indivíduos com capacidade de pensar, agir e sentir, inserindo-os e aproximando-os com a sociedade local.

Essas habilidades são elementos cruciais para o sucesso nas relações sociais, pessoais e acadêmicas, uma vez que proporcionam aos indivíduos conhecer suas capacidades e refletirem sobre suas emoções (PARANHOS, 2017).

Desse modo, nota-se que é importante o intercâmbio entre a universidade e a sociedade, visto que essa troca pode ser benéfica para os dois campos e contribuir para o impacto social. Ao mesmo tempo, em que também fomenta a capacitação no mercado, principalmente, por meio do estímulo à inovação.

Nesse contexto, por ocasião da pandemia, houve a interrupção das atividades, que até então eram presenciais. Estamos trabalhando para as próximas ações serem on-line. Para isso, já fizemos dois testes com os alunos da disciplina “Portfólio” e tivemos uma boa avaliação dos participantes.

A finalidade deste projeto foi ampliar o conhecimento do público sobre o desenvolvimento pessoal e habilidades socioemocionais. Dentre os resultados encontrados, observou-se que os discentes evoluíram, timidamente, nas habilidades socioemocionais, pois apresentaram dificuldades em se expressar e falta de experiência ao transpor exemplos ao grupo.

A ação estabeleceu a relação entre a educação e a sociedade, transformando-se em um espaço de construção e expressão em várias áreas de conhecimento.

Para a comunidade acadêmica, a atividade permitiu a troca de experiências com a sociedade, o que estimula os discentes a ter uma visão crítica e investigativa, ao contribuir para a compreensão da realidade na qual vivem. Vale ressaltar que, o projeto, visa ainda sensibilizar os indivíduos a realizarem autorreflexão constante e a manterem sempre o foco em suas metas e objetivos. Assim, a universidade cumpre o seu papel em estimular indivíduos a desenvolver-se, pessoal e profissionalmente, nos seus diferentes momentos da vida.

## REFERÊNCIAS

- CUDDY, AMY. Presença. Actual. 2016. 2012.
- DUHIGG, CHARLES. O poder do hábito. Objetiva. 2012. 408p.
- GOLDBERG, L. R.; The structure of phenotypic personality traits. *American Psychologist*. S/L, v. 48 n. 1, p. 26-34, 1993.
- NEVES, M. A.; SIQUEIRA, I. S.; FREITAS, N. M. S.; Formação de professores da/na Amazônia como sujeitos decoloniais do século XXI. *Educação, Ciência e Cultura*, v. 26, n. 2, p. 10, mar. 2021.
- PARANHOS, M. C. R. et al. Reflexões sobre a utilização de dinâmicas no desenvolvimento de habilidades socioemocionais. *Scientia Plena*, v. 13, n. 5, mai. 2017.
- SANTOS, D.; PRIMÍ, R. Desenvolvimento socioemocional e aprendizado escolar: uma proposta de mensuração para apoiar políticas públicas. Instituto Ayrton Senna, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/desenvolvimento-socioemocional-e-aprendizado-escolar.pdf>>. Acesso em 27 de out. 2021. 87 p.
- TUPES, E. C.; CHRISTAL, R.E.; Recurrent Personality Factors Based on Trait Ratings. Technical Report ASD-TR. Lackland Air Force Base, TX: Personnel Laboratory, Air Force Systems Command, 1961. 97 p.
- ZAK, PAUL. A molécula da moralidade. Elsevier. 2012. 264p.





### Matriz Curricular



	Verão	1º Período	2º Período
<b>1º Ano</b>		Números e Funções Reais-MA11	Geometria -MA13
		Matemática Discreta -MA12	Aritmética - MA14
<b>2º Ano</b>	Resolução de Problemas-MA21	Fundamentos de Cálculo-MA22	Geometria Analítica -MA23
		Tópicos de Matemática - MA40	Fundamentos de Cálculo - MA 22 (Eletiva)



# I ENCONTRO DO PROFMAT UFRR: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

## Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Elzimar de Oliveira Rufino** - Doutor em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas. Docente da Universidade Federal de Roraima.

**Joselito de Oliveira** - Doutor em Matemática pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Federal de Roraima.

**Kelly Karina Santos** - Doutora em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas. Docente da Universidade Federal de Roraima.

O Encontro do PROFMAT- UFRR foi realizado nos dias 18 e 19 de março 2021 pelo Mestrado Profissional em Matemática da Universidade Federal de Roraima (PROFMAT/UFRR), com o apoio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE) e da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG), a fim de socializar, com a população e a Comunidade Universitária, as contribuições do curso para a melhoria da Educação Básica no estado de Roraima. O evento contou com uma palestra de abertura e uma mesa-redonda, onde foram discutidos os rumos do PROFMAT. Também ocorreu uma sessão de pôsteres, onde os egressos apresentaram um resumo de suas dissertações e uma palestra de encerramento. O Encontro destacou-se pela socialização das pesquisas realizadas no PROFMAT e discussão sobre os caminhos futuros do Mestrado supracitado. Vale ressaltar que o PROFMAT visa atender, prioritariamente, professores de Matemática da Educação Básica de escolas públicas. Dessa forma, o I Encontro do PROFMAT está em consonância com os objetivos da Extensão Universitária e do Plano de Desenvolvimento Institucional.

O I Encontro do PROFMAT foi realizado on-line, em decorrência da pandemia da COVID-19, e sem custos à UFRR. A comissão organizadora do evento foi composta pelos professores Elzimar de Oliveira Rufino, Joselito de Oliveira e Luciano Ferreira Campos. Além disso, a comissão científica foi composta pela prof<sup>a</sup>. Kelly Karina Santos e pelos professores Guilherme Zsigmond Machado e Ijanílio Gabriel de Araujo.

Para a transmissão do Encontro, utilizou-se a plataforma Google Meet. Ao final de cada atividade, os participantes preenchiam o formulário virtual do Google Forms para contabilizar a frequência e, assim, garantir a certificação do público. No encerramento do evento, disponibilizou-se uma pesquisa de satisfação aos inscritos.

O I ENCONTRO DO PROFMAT (UFRR) contou com uma programação variada, com palestras, mesas-redondas, uma oficina e duas defesas de dissertação. A solenidade teve a participação do Magnífico Reitor da UFRR, Prof. Dr. José Geraldo Ticianeli, do diretor de Pós-graduação (PRPPG/ UFRR), Prof. Dr. Maxim Paolo Repto Carreño, e da prof<sup>a</sup>. Dra. Kelly Karina Santos, coordenadora em exercício do PROFMAT-UFRR. Naquele momento, docentes destacaram a importância dos Programas de Pós-graduação na Universidade Federal de Roraima.

A palestra de abertura, intitulada “O Problema do Retângulo Inscrito”, foi ministrada pelo professor Prof. Dr. Orlando Stanley Juriaans, do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME – USP), e discutiu sobre a curva de Jordan contínua  $C$ , existe um quadrado  $Q$  cujo vértices pertencem a  $C$ . Na ocasião, abordou-se uma (possível) solução recente de uma generalização/simplificação deste Problema, ou seja, o Problema continua aberto no caso geral.

A segunda palestra foi apresentada pelos professores do PROFMAT, Dr. Joselito de Oliveira e a Dra. Kelly Karina Santos, que detalharam sobre a proposta, a estrutura e a história do Mestrado Profissional em Matemática da UFRR.

Em seguida, ocorreu a defesa pública de dissertação de, Kayo Denner Alves Naveca, aluno do PROFMAT, com o tema “Espaços Vetoriais do Tipo Gráfico e Uma Sequência Didática para o Ensino Médio”, sob a orientação do Prof. Dr. Elzimar de Oliveira Rufino. A banca examinadora também foi composta pelos professores Dr. Mar-

cus Antônio Mendonça Marrocos, da UFABC, como membro externo; e Dr. Joselito de Oliveira, como membro interno.

A Diretora das Bibliotecas da UFRR, Me. Ângela Maria Moreira Silva, ministrou Oficina sobre a Prática de Pesquisa Digital. Ela ensinou aos participantes os caminhos para ter acesso aos catálogos digitais da Biblioteca da UFRR.

A programação teve ainda a palestra “Fractais aplicados no estudo de Óptica Física”, apresentada pelo Prof. Dr. Ijanílio Gabriel de Araujo, do Departamento de Física da UFRR e colaborador do PROFMAT da instituição. Os estudos dos Fractais nascem na Geometria Não Euclidiana e são encontrados na Óptica em ondas de som, Óptica Geométrica e Óptica Física, dentre outras áreas, a fim de auxiliar na compreensão de determinados padrões matemáticos repetitivos e, com isso, contribuir para a inovação da Ciência e da Tecnologia.

A Mesa-redonda “PROFMAT no Ambiente Escolar: atuação, mudanças e desafios” contou com a participação dos egressos do curso de pós-graduação, Prof. Me. Jorge Luiz Cremonti Filho (Escola Agrotécnica-UFRR), Prof. Me. Wender Ferreira Lamounier (Escola de Aplicação da UFRR) e Prof. Me. Joerk da Silva Oliveira (UFRR). Eles destacaram as mudanças em seus trabalhos e suas conquistas após a conclusão do Mestrado.

O acadêmico do PROFMAT, Alfredo Fernandes de Brito Neto, realizou a defesa de dissertação “Matrizes e Sistemas Lineares: Uma Abordagem Construtiva”, sob a orientação do Prof. Dr. Max Ferreira. Além dele, a Banca Examinadora contou com a presença do Prof. Dr. Alberto Martin Martinês Castaneda, membro externo, e da prof<sup>a</sup>. Dra. Kelly Karina Santos, membra interna.

O Prof. Dr. Regis Varão, da UNICAMP, ministrou a palestra intitulada “Como Levar o Pensamento Matemático Para o Seu Cotidiano”. O docente ressaltou a importância de utilizar o pensamento matemático na formação intelectual dos indivíduos, ao destacar que há a necessidade de analisar previamente os fatos antes de tirar conclusões. Essa referência pode ser utilizada em qualquer assunto do cotidiano.

O evento foi encerrado com a palestra “A Ação Como Poder de Transformação da Realidade Educacional”, proferida pelo Prof. Me. Luiz Felipe Lins, da Escola FRANCIS HIME (RJ). O docente é egresso do PROFMAT (UNIRIO) e foi eleito Educador Nota 10, em 2020. A premiação é rea-

lizada pela Fundação Victor Civita em parceria com Abril, Globo e Fundação Roberto Marinho. O palestrante apresentou exemplos de situações bem-sucedidas no aprendizado das crianças.

A partir do questionário de avaliação, obtivemos os seguintes dados: 85,7% dos participantes foram estudantes dos cursos de graduação e Mestrado em Matemática da UFRR, enquanto 14,3% eram participantes externos. Dentre eles, destacam-se os acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática a distância. 76,5% do público foi constituído por alunos de graduação enquanto 11% era de professores universitários. A maioria dos participantes (76,5%) utilizou celulares para acompanhar o evento. Os demais (47,1%) usaram computadores. Vale destacar que cada participante utilizou o computador ou celular. Observamos ainda que 5,9% deles usou tablets.

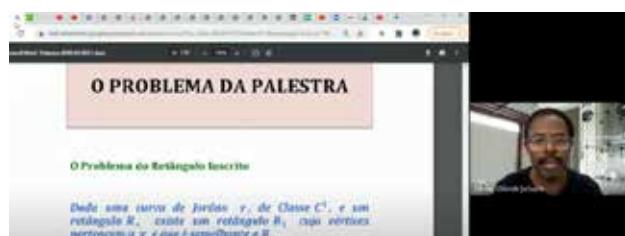
Ressaltamos alguns pontos positivos na visão dos participantes: a diversidade de temas das palestras; a escolha dos palestrantes externos; as defesas de dissertação; a metodologia dos palestrantes; a interação entre os participantes, etc. Por outro lado, algumas sugestões foram: mais intervalos entre as atividades e a falta de atividades relacionadas à pandemia da COVID-19, além de que os eventos futuros tenham mais dias de duração e menos atividades diárias. Outro problema relatado pelos participantes foi a baixa qualidade de conexão à internet, principalmente, para os que vivem no interior.

O evento cumpriu sua missão de socializar a produção acadêmica do PROFMAT (UFRR). Também permitiu que houvesse uma efetiva participação de alunos das graduações em Matemática da instituição. Os participantes avaliaram de forma positiva o evento e refletiram sobre suas práticas, como futuros educadores de Matemática, o que despertou, em alguns deles, o desejo de cursar o PROFMAT.

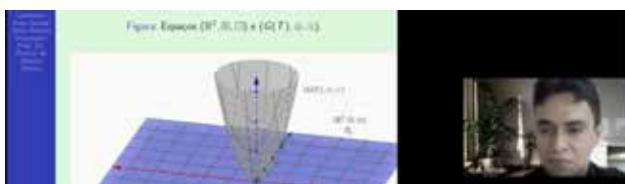
## REFERÊNCIAS

EDITAL N° 92/2021-PRAE/UFRR - Processo seletivo de relatos de experiência na revista *casdersos* de extensão da UFRR.

MOREIRA, A. M. M. Normas para apresentação dos trabalhos técnicos e científicos da UFRR: baseadas nas normas da ABNT. Boa Vista. Editora da UFRR, 2007.



Exposição do Prof. Orlando Juriaans.



Exposição do Discente Kayo Denner



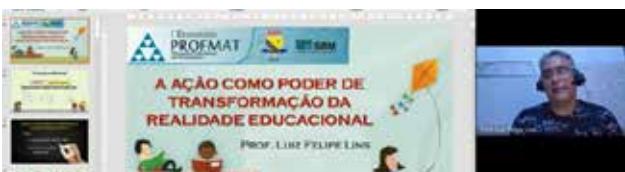
Exposição da Diretora da Biblioteca - UFRR, Ângela Maria.



Exposição do Prof. Ijanilio Gabriel.



Exposição do Discente Alfredo Fernandes



Exposição do Prof. Regis Varão



Exposição do Prof. Luiz Felipe Lins.

# VIVÊNCIAS DE UM NÚCLEO DO PIBID NA UFRR DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

**Universidade Federal de Roraima - UFRR**

**Eduarda Ferreira Dantas; Rodrigo Araújo de Sousa; Kapoi Ribeiro Gonçalves; Laura Cavalcante Lira; Lucas Amadeus Farias Cruz; Radarane Pereira Freitas e Rafaela Sousa Garcia** - Graduandos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Roraima (UFRR), campus Paricarana, Boa Vista, RR; e bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Guilherme Henrique Almeida Pereira** - Professor da Escola Agrotécnica da UFRR, campus Murupu, Boa Vista, RR; bolsista supervisor do PIBID-Biologia/ CAPES. E-mail: guilherme.pereira@ufr.br

A educação foi um dos serviços essenciais paralisados com a pandemia da COVID-19. Neste contexto, muitas instituições de ensino, público e privado, aderiram ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) (BRASIL, 2020). Similar ao ensino a distância, o ERE não é algo simples, nem se trata da recriação de um novo sistema de ensino (SILVA et al., 2020). Ele se traduz na aplicação de metodologias que facilitam a aprendizagem do aluno de maneira mais eficaz (HODGES et al., 2020) e permitiu dar continuidade ao ano escolar, mas totalmente fora do planejado e com muitos desafios.

Dentre os desafios, destacaram-se as disparidades socioeconômicas e educacionais, além da falta de experiência docente para o ensino a distância (PEREIRA et al., 2019). Além disso, os alunos também nunca haviam vivenciado o ensino remoto e tinham pouca, ou nenhuma, infraes-

trutura necessária para estudar em casa. Nos primeiros anos da educação básica, isso foi agravado pela falta de autonomia característica dos alunos nessa fase infantojuvenil (VELOZO et al., 2019).

Diante disso, o professor precisou reinventar-se, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – (GONÇALVES, 2020), para o manuseio e aplicação de ambientes virtuais de aprendizagem. Essas ferramentas tornaram-se essenciais para a produção de recursos didático-pedagógicos capazes de auxiliar os docentes no ERE e facilitar a aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) mostrou-se fundamental não apenas para a formação pedagógica dos licenciandos bolsistas, mas sobretudo para a contribuir para as aulas e para a prática docente. Constituído por alunos de cursos de licenciatura, o PIBID capacita novos profissionais comprometidos em levar adiante o trabalho do magistério no Brasil (BRASIL, 2008). Sendo assim, o PIBID possibilitou aos bolsistas vivenciar e aprender a docência na nova modalidade de ERE ao mesmo tempo em que apoiou de maneira efetiva as atividades didáticas, produzindo recursos para as aulas.

Dentre os recursos, utilizaram-se plataformas que possibilitam a criação de jogos virtuais, como “Wordwall” e “Kahoot!”. As mesmas auxiliaram no desenvolvimento das aulas e se mostraram um método interessante, pois tratam-se de plataformas para elaboração de questionários, que podem ser trabalhados com os assuntos estudados em sala. Os métodos das questões podem ser verdadeiro ou falso, perguntas com alternativas de múltipla-escolha, e ainda possibilita pontuações (os scores) ao fim do jogo. Os jogos, além de promoverem o engajamento, a ludicidade e a execução de atividades, possibilitam o aprofundamento nos objetos do conhecimento (PIMENTEL et al., 2020). No caso de alunos em fase infantojuve-

nil, mesmo que não haja melhora na aprendizagem, a prática de jogos se relaciona diretamente com o desenvolvimento cognitivo (RAMOS; e MELO, 2016, p. 19). Isso é ainda mais efetivo se realizado de maneira síncrona, pois a mediação docente incentiva a construção do conhecimento e a aprendizagem colaborativa (PEREIRA et al., 2019). Dessa forma, as TICs constituem-se ferramentas necessárias à aprendizagem nesse momento de ERE.

As TICs são materiais instrucionais fundamentais para as aulas expositivas dialogadas que, também, se somam à mediação do processo virtual de ensino-aprendizagem, visando a um estudo interativo que auxilie na construção da autonomia do estudante (OLIVEIRA; e SILVA; 2015). Dentre os materiais, orientações de práticas ou experimentos facilitam a construção do conhecimento e endossam o ensino-aprendizagem (PEREIRA et al., 2019), especialmente em disciplinas das Ciências da Natureza como a Biologia (SOUSA et al., 2020; CARREIRO et al., 2021). Nesse sentido, o objetivo desse artigo é relatar as atividades e partilhar as experiências de discentes de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, bolsistas do PIBID, durante o ensino remoto emergencial.

O relato é oriundo das experiências de bolsistas PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O PIBID-Biologia da UFRR é composto por três Escolas-núcleo, nas quais bolsistas acompanham turmas e desenvolvem atividades, sempre supervisionados por um professor. Dentre as escolas, inclui-se a Escola Agrotécnica da UFRR (EAgro). A EAgro situa-se no campus Murupu, cerca de 30 Km da zona urbana de Boa Vista, RR. O campus oferta o Ensino Médio Integrado a curso Técnico, para alunos da cidade e, em especial, da zona rural do Polo de Assentamento Nova Amazônia, no qual a escola se insere (EAGRO, 2008).

Por ocasião da pandemia da COVID-19, em 2020, a EAgro aderiu ao ERE como uma das modalidades de ensino para viabilizar o ano letivo (EAGRO, 2021). As aulas aconteciam por meio de plataformas digitais, como Google Meet e Whatsapp, e Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), como o Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA). Dentre as turmas da EAgro, os bolsistas do PIBID-Bio-

logia acompanharam turmas de 1º e 3º anos. O acompanhamento iniciou-se em novembro de 2020, com turmas da disciplina Biologia, de 1º e 3º anos, e turmas da disciplina “Iniciação Científica”, do 1º ano.

Além do acompanhamento, os bolsistas produziram material para aulas expositivas, elaboraram jogos em plataformas virtuais e confeccionaram uma cartilha voltada para orientação ao estudo pré-vestibular (PEREIRA, 2021). Em cada uma dessas atividades, eles incentivaram a participação dos alunos do ensino médio nas aulas e estimularam a construção coletiva do conhecimento. No início, os desafios foram significativos, incluindo a falta de experiência dos bolsistas aliada à falta de motivação por alguns alunos do ensino médio, que não tinham familiaridade com plataformas virtuais; à comum e constante oscilação do sinal de internet no Estado; e, por vezes, à ausência de feedback por algumas turmas.

## PLATAFORMAS E JOGOS DIGITAIS

Tendo em vista o grande envolvimento da geração atual com as TICs, jogos virtuais foram planejados para tornar as aulas mais interativas e atrativas. Esse recurso colaborou bastante para o ensino-aprendizagem, pois é uma ferramenta que contribui para os processos de associações cognitivas dos alunos (COUTINHO, 2018). Além disso, jogos aprofundam conceitos e ideias sobre os objetos do conhecimento (MEIRA, 2012), estimulam o pensamento intuitivo com a intenção de validar conhecimentos construídos e efetivam a experiência empírica (JÚNIOR, 2019). Portanto, os jogos virtuais vão além de um método simples que auxilia na didática do professor. Eles proporcionam a autonomia para o desenvolvimento do raciocínio discente, ao mesmo tempo em que são ótimos instrumentos para a aprendizagem.

A partir de planejamentos do Núcleo, surgiu a ideia de utilizar as plataformas “Kahoot!” e “Wordwall”, sites de acesso gratuito, que incluem ferramentas dinâmicas baseadas em jogos, testes e competições para serem aplicados nas aulas expositivas. A princípio, pesquisas foram necessárias para a formulação de perguntas sobre objetos do conhecimento relativos às aulas, quais sejam: (1) Relações ecológicas e Problemas ambientais, que foram trabalhados na “Kahoot!”; e (2) Espe-

ciação, Relações filogenéticas e Evolução humana, desenvolvidos na “Wordwall”. Cada bolsista do Núcleo EAgro desenvolveu uma questão que era revisada pelo professor-supervisor e inserida na plataforma. Antes de aplicar os jogos nas turmas, os bolsistas testavam os jogos e questões entre si, mediados pelo professor-supervisor, de forma síncrona e com intuito de validar o recurso. Após ajustes e correções, os jogos eram aplicados pelos bolsistas junto às turmas de alunos, sob supervisão do professor.

Durante e após a aplicação, observou-se resultados surpreendentes. Em geral, a pontuação obtida foi alta, com muitos acertos, reflexo talvez do engajamento. Os alunos se mostraram bastante engajados, participativos e entusiasmados, sobretudo quando jogado de maneira síncrona. Eles interagiram com os jogos, responderam com empenho e compartilharam os resultados em grupos de Whatsapp das disciplinas. Com esse feedback positivo, os bolsistas sentiram como é estar no lugar do professor e todo o trabalho árduo, para tornar as aulas mais dinâmicas, tornou-se satisfatório e gratificante. O feedback é um elemento crucial na motivação do aluno e em sua aprendizagem no processo de ensino-aprendizagem (HATTGE, 2014).

## **CARTILHA PARA O ESTUDO PRÉ-VESTIBULAR**

O PIBID é um projeto que contempla discentes de cursos de licenciatura, que recebem uma remuneração mensal em prol do desenvolvimento de atividades de iniciação docente (MEC, 2021). Portanto, existe um compromisso social dos bolsistas em dar retorno produtivo à sociedade. Isso ocorre com a formação futura de novos professores ou, a curto prazo, com a incorporação de competências curriculares e apoio aos supervisores. Esse apoio, conforme relatado para os jogos digitais, acontece por meio da elaboração de material didático-pedagógico para mediar o ensino-aprendizagem e, assim, contribuir para melhoria da educação.

Como forma de estimular o acesso ao Ensino Superior, os bolsistas do núcleo elaboraram uma cartilha de questões comentadas referentes à disciplina de Biologia, nos vestibulares realizados pela UFRR nos últimos 10 anos (2010-2020) (PEREIRA, 2021). Para isso, foram obtidos os

cadernos de prova dos 11 processos seletivos em suas três etapas (PSS1, PSS2 e PSS3). As questões de cada etapa foram organizadas, sendo cada uma delas respectivas os anos do Ensino Médio regular, por objetos do conhecimento, conforme conteúdo programático da disciplina de Biologia no edital mais recente do certame (UFRR, 2021).

Ao todo, 108 questões foram sistematizadas. Observou-se que alguns objetos do conhecimento são mais recorrentes. Por exemplo, em quase todas as provas, foram cobradas competências e habilidades respectivas a “Membrana Plasmática” e “Organelas” na etapa 1; “Fisiologia Vegetal” e “Vírus” na etapa 2; e “Relações Ecológicas” e “Herança Ligada ao Sexo” na etapa 3. Em contrapartida, existem objetos de conhecimento que nunca foram cobrados diretamente, como “Tecido Muscular”, entre outros.

Uma vez organizadas por objetos do conhecimento e etapas, as questões foram divididas entre os bolsistas para elaboração da resolução e de comentários. Estes foram sendo elaborados a partir de um comentário padrão definido junto ao supervisor. No modelo, cada questão deveria possuir um comentário objetivo acerca das palavras-chave do item e incluir links de acesso para uma videoaula e um material para leitura on-line a respeito da meta de aprendizado a ser alcançada. Todos os comentários foram revisados por professores convidados. Além dos comentários, a cartilha, que está sendo finalizada, constará de ilustrações feitas à mão pelos bolsistas, sobre os objetos do conhecimento presentes nas questões. As ilustrações tiveram como objetivo deixar o material mais atrativo por ocasião da publicação.

Assim que for publicada, a cartilha será divulgada em visitas itinerantes a escolas públicas de Boa Vista. Avalia-se também divulgar em escolas de outros municípios do Estado de Roraima, a depender da situação epidemiológica vigente. O desenvolvimento da cartilha contribuiu na aprendizagem dos integrantes do PIBID e auxiliará o estudo dos alunos de escolas públicas de Roraima. Além disso, ela poderá ser utilizada pelos professores de Biologia para contribuir com o ensino, as aulas e o desenvolvimento da disciplina. Esse trabalho foi fruto do compromisso com a educação do Estado Brasileiro, visando que o conhecimento, que a cartilha representa, possa chegar às mãos do público-alvo e dar seguimento a mais uma produção universitária em benefício da sociedade.

Durante o ERE, o acompanhamento de turmas pelos bolsistas do PIBID proporcionou a produção de material didático-pedagógico para as aulas virtuais. Foram elaborados jogos em plataformas e uma cartilha voltada para orientação ao estudo pré-vestibular. Durante esse processo, o feedback dos alunos imprimiu nos bolsistas um sentimento positivo da prática docente, o que tornou satisfatório e gratificante o trabalho árduo que tiveram para tornar as aulas do ERE mais dinâmicas.

Para os “pibidianos” do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFRR, as adversidades geraram efeitos significativos. Inicialmente, imaginavam ter preparo para a docência na modalidade de ensino presencial. No entanto, foram necessárias rupturas epistemológicas, por assim dizer, para as quais não estavam preparados. Mas, ao adquirir conhecimentos a respeito do ofício de educar, com a criação de recursos pedagógicos, desenvolvimento de questões, ilustrações e contato com planejamento docente, para administração das aulas, eles conseguiram lidar com a insegurança inicial. Ao final, a aprendizagem e orientações dos mestres serviram de treinamento para a prática docente futura.

Apesar das perdas desencadeadas pela pandemia e dificuldades oriundas do distanciamento social, os objetivos foram alcançados. Os bolsistas cumpriram com êxito o dever social e educacional, dando prosseguimento às demandas de ensino-aprendizagem no núcleo e no PIBID. Isso evidenciou que é possível fazer mais pelo ensino brasileiro, na perspectiva de um futuro esperançoso.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. MEC- INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BRASIL. Resolução CNE/ CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial da União, ed. 237, seção 01, p. 52. 2020.

CARREIRO, A. P.; ESTEVES-SOUZA, A.; SANTOS, C. E. R.; MARIANO JUNIOR, D. R.; AZEVEDO, E. P. V.; ROCHA, G. X.; FONSECA, L. C. S.; ALMEIDA, V. G. K. Ciência na sala de aula: atualização profissional da prática do ensino de ciências/química para professores de ensino fundamental e médio. 2. ed. Niterói, RJ: Grupo de Extensão em Práticas de Ensino de Ciências - GEPEC, 2021. 67p.

COUTINHO, I. J. Jogos digitais como espaço de aprendiza-

gem: desafios para a formação docente. 2018.

EAGRO. Regimento Interno. Escola Agrotécnica da UFRR. 2008. 24p.

EAGRO. Portaria EAgrô/UFRR Nº 03/2021. UFRR: Boa Vista, RR. 2021.

HATTGE, A. A. G.; RIBAS, C. C. C.; PAULO, A. B. D. A importância do feedback do tutor on-line no ensino a distância. Ensaios Pedagógicos Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades, 2014.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The difference between emergency remote teaching and online learning. *Educause Review*, 2020.

JUNIOR, G. V. L.; PADILHA, T. P. P.; GOMES, V. H. S. Jogos de Tabuleiro e Digitais para Estimular o Desenvolvimento do Raciocínio Lógico: Como escolher?. In: CONGRESSO SOBRE TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 2019, Recife. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. p. 575-581.

MEC. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID -. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pibid>. Acesso em 20 out 2021.

MEIRA, L.; PINHEIRO, M. Inovação na escola. *Proceedings of SBGames*, 2012.

OLIVEIRA, N. C.; SILVA, A. L. B. Docência no Ensino Superior: o uso de novas tecnologias na construção da autonomia do discente. *Revista Saberes*, 3(2): 03-13, 2015.

PEREIRA, G. H. A. Biologia no PSS da UFRR: uma cartilha para socializar o conhecimento e contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior no Estado de Roraima (Projeto de Extensão). Diretoria de Extensão, UFRR. 2021.

PEREIRA, N. L.; MENDES-FERNANDO, A. D.; LUNARDI, J. S. M. Boas práticas em ambientes virtuais de ensino e de aprendizagem: uma revisão de forma sistemática na literatura Educação em Revista, 35, 2019. <https://doi.org/10.1590/0102-4698214739>

PIMENTEL, F. S. C.; NUNES, A. K. F.; JÚNIOR, V. B. Formação de professores na cultura digital por meio da gamificação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, e76125, 2020.

RAMOS, D. K.; DE MELO, H. M. Jogos digitais e desenvolvimento cognitivo: um estudo com crianças do Ensino Fundamental. *Neuropsicologia Latinoamericana*, 8 (3), 2016.

SILVA, L.; FAUSTINO, S.; SILVA, T. F. R. Educadores frente à pandemia: dilemas e intervenções alternativas para coordenadores e docentes. *Boletim de Conjuntura* 3:(7) 53-64. 2020.

SOUSA, M. C. F.; CICUTO, C. A. T.; LUCCHESI, M. M. O cinema no Ensino de Ciências da Natureza: análise do filme “As aventuras de Sammy”. *Research, Society and Development*, 9(9), 1-13. 2020

UFRR. Edital Nº 055/2021 - CPV/UFRR, de 16 de novembro de 2021. Comissão Permanente de Vestibular da UFRR. 2021.

VELLOZO, S. R. G.; CANELLA, R. S.; DIAS, A.; LEAL, G. S. Evasão na educação a distância: uma revisão sistemática. *Revista EDaPECI*, vol. 19, nº. 3, 2019

# E'PACHIMANTOK - PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

## Universidade Federal de Roraima - UFRR

**Ana Paula Barbosa Alves** - Mestre em ciências da saúde, professora do Insikiran/UFRR, paula.alves@ufrr.br

**Simone Lopes de Almeida** - Mestre em ciências da saúde, professora do Insikiran/UFRR: simone.lopes@ufrr.br

**Hosana Carolina dos Santos Barreto** - Mestre em química, professora do Insikiran/UFRR: hosana.barreto@ufrr.br

**Marcelino Garcia da Silva** - Acadêmico do Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran/UFRR:marcelinogarcia215@gmail.com

**Dionany Lima Moreira** - Acadêmica do Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran/UFRR:dionany.lima.ufrr@gmail.com

**Hugo Snaider Souza Cordeiro** - Acadêmico do Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Insikiran/UFRR:hugo.snayder@gmail.com

E'pachimantok" palavra indígena do povo Taurepang que tem o sentido de prevenção

A Promoção em Saúde foi enfatizada como elemento essencial dos Sistemas de Saúde na Declaração de Alma-Ata, realizada em 1978, em que se destacou o direito à saúde para todos (OMS, 1978). Este conceito é caracterizado como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (BRASIL, 2002, p.19; CARTA DE OTTAWA, 1986, p.1). Desse modo, os sujeitos sociais orientados pela racionalidade da Promoção da Saúde, podem lutar por mais equidade e integralidade nas ações de saúde.

Inicialmente, faz-se necessário distinguir prevenção de doenças e promoção da saúde. A primeira está focada no adoecimento. E a segunda almeja saúde em seu sentido amplo, a saúde é um recurso que almeja a qualidade de vida, buscando a autonomia individual e comunitária em prol de uma sociedade mais justa, ao exigir ações intersetoriais (ALMEIDA; GUTIERREZ; MARQUES, 2012). A Promoção em Saúde solicita uma transformação sociopolítica, sendo necessárias ações integrais que permitam opções de desenvolvimento. Mas, para isso é preciso que o Estado e a sociedade civil deem prosseguimento em suas propostas (ALVES et al., 2019; RABELLO, 2010). Portanto, promover saúde é lutar pelo direito a vida, com respeito e cidadania, respeitando a diversidade cultural e as escolhas individuais, lutando contra as iniquidades e vulnerabilidades individuais, sociais e pragmáticas (CZERESNIA, 2009).

A vulnerabilidade se desenvolve em função dos aspectos individuais ou comportamentais que colocam os indivíduos em situações de risco, como também os aspectos sociais e institucionais que a determinam (PIRES, 2019; LINDOSO, 2017; AYRES et al., 2012). Deste modo, a vulnerabilidade as doenças e as situações adversas da

vida distribuem-se de maneira diferente entre os indivíduos, regiões, grupos sociais e está intimamente relacionada com a pobreza, com as crises econômicas e com o nível de escolaridade (SÁNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007; MUÑOZ et al, 2003).

O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) é o agente etiológico da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), um problema de saúde pública mundial devido a sua pertinência pandêmica. No Brasil, em 2018, foram diagnosticados 43.941 novos casos de HIV e 37.161 casos de Aids com uma taxa de detecção de 17,8/100.000 habitantes (2018), totalizando, no período de 1980 a junho de 2019, 966.058 casos de Aids detectados no País (RIBEIRO et al., 2020; BRASIL, 2019, BRASIL, 2018).

Os adolescentes e adultos jovens constituem um grupo de crescente vulnerabilidade para as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) incluindo a infecção pelo HIV. No contexto atual das IST, HIV/Aids e Hepatites virais, continua, com o passar dos anos, uma tendência crescente à juvenalização (ALMEIDA et al., 2017). No perfil epidemiológico, destaca-se o aumento em jovens de 15 a 24 anos, sendo que de 2005 para 2014 a taxa entre aqueles com 15 a 19 anos mais que triplicou (de 2,1 para 6,7 casos por 100 mil habitantes) e entre os de 20 a 24, quase dobrou (de 16,0 para 30,3 casos por 100 mil habitantes). A maior concentração dos casos de Aids no Brasil está nos indivíduos com idade entre 15 e 39 anos para ambos os sexos (BRASIL, 2015).

Para este desafio, deve-se fortalecer e transformar os sistemas de saúde, a fim de torná-lo universal, bem como promover a construção de uma agenda multissetorial de políticas de Saúde capaz de incidir nos principais fatores sociais, econômicos e ambientais. No perfil epidemiológico atual, nota-se que os jovens universitários estão inseridos neste recorte.

O objetivo geral deste projeto de Extensão foi sensibilizar a população acadêmica sobre a importância de prevenir as ISTs, HIV/Aids e Hepatites virais, além de oferecer gratuitamente preservativos masculinos e femininos; divulgar e oportunizar o acesso ao teste rápido, visando a redução de riscos e vulnerabilidades, enfatizando a prevenção de doenças e a promoção da saúde por meio da educação em saúde.

A ação foi uma parceria entre o Curso de Bacharelado em Gestão de Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), e o Núcleo de Controle de IST/Aids/ Departamento de Vigilância de Epidemiologia (DVE)/Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde (CGVS), Secretaria de Saúde do Estado de Roraima (SESAU), no período de fevereiro de 2016 a março de 2017. Foram desenvolvidas as seguintes ações em ordem de execução:

- A implementação de um banco de prevenção (oferta de preservativos) em locais de convivência dos alunos como o restaurante universitário; a biblioteca; e os banheiros de uso coletivo, em acordo com a reitoria e coordenações dos cursos da Universidade Federal de Roraima (UFRR);
- O desenvolvimento de oficinas sobre a ênfase das IST/HIV/Aids, que foram ministradas pelos profissionais de saúde do Núcleo de Controle de IST/AIDS/DVE/CGV/ secretaria de saúde do estado de Roraima (SESAU-RR); e professores do curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena. O público-alvo foram os alunos, com o objetivo de serem multiplicadores das informações sobre prevenção dessas doenças e promoção da saúde;
- A realização de palestras e rodas de conversas sobre as doenças – HIV/Aids, Hepatites Virais; Sífilis (sintomas, diagnóstico, tratamento, prevenção), sobre vulnerabilidade dos jovens universitários as ISTs/ HIV/Aids; sobre sexualidade;
- A divulgação das datas dos exames e da agenda do Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) e na UFRR. Ofertou-se testes rápidos para o HIV, Hepatite e Sífilis, realizado pelos profissionais do CTA da SESAU-RR;
- A divulgação dos resultados do projeto extensão no meio acadêmico por meio de artigo científico, ou livro, ou outros.

Os sujeitos envolvidos no projeto foram a população acadêmica (professores, alunos e técnicos administrativos) da UFRR, e comunidade em geral, com faixa etária entre 16 e 40 anos ou mais, totalizando em torno de 2.000 pessoas aproximadamente. Notou-se nas palestras, oficinas e rodas de conversa, que os participantes entenderam as suas vulnerabilidades e os riscos das ISTs/HIV/

Aids e das Hepatites Virais, bem como as formas de combatê-las e controlá-las, por meio de informações adequadas e uso de preservativos em todas as relações sexuais.

O projeto criou e implementou o banco de preservativos nas áreas de convivência dos alunos (banheiros e corredores dos centros) dos cursos de ciências social (CCH) e do Insikiran; foram distribuídos mais de 1.500 impressos para divulgação e informações sobre prevenção e acesso ao CTA; distribuímos gratuitamente, 3.500 e 1.800 preservativos masculinos e femininos respectivamente.

A procura pelo preservativo como um método de prevenção eficaz em relação as Infecções Sexualmente Transmissíveis e ao HIV, foi bastante satisfatória. Contudo, a maioria dos jovens relatam que utilizam o preservativo quando o parceiro é eventual, mas torna-se um hábito esporádico e, às vezes raro, quando a parceria é fixa, pois há uma sensação de fidelidade e proteção ao HIV. Um estudo sobre as práticas de sexo protegido reforça essa perspectiva, ao apresentar que os mais jovens tendem a utilizar preservativos, principalmente, com parceiros eventuais (ALVES; LOPES, 2008).

Sabe-se que a relação entre a informação e a ação (atitude) não tem um único sentido. Estudos mostram que o uso do preservativo é um comportamento complexo que envolve tanto significados, sentidos, símbolos, como aspectos afetivos e sexuais (CAMARGO; BOTELHO, 2007).

Neste sentido, o projeto realizou palestras, rodas de conversas e oficinas, que proporcionaram momentos de encontro e troca de experiências. De 6 a 10 de junho de 2016, foi realizada uma oficina com a carga horária de 40 horas e houve a participação de 40 acadêmicos do Curso Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena. A atividade estava em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde, que prioriza a Estratégia de Prevenção por Pares (BRASIL, 2008; 2005), e teve o objetivo de formar multiplicadores em prevenção de IST's.

Assim, observou-se a importância dos serviços de educação e promoção em saúde na atuação dialógica, participativa, com valorização da diversidade de saberes, da cultura e do trabalho em equipe. Desse modo, assinala-se a necessidade de criar iniciativas e estratégias para buscar parcerias com a comunidade, que fortaleça e crie vínculos, que busque ações intersetoriais, a fim de fomentar a saúde da população e diminuir as vulnerabilidades sociais.

**Projeto de Extensão:  
E'PACHIMANTOK - PREVENÇÃO DE  
DSTS/HIV/AIDS  
E HEPATITES VIRAIS**



No dia 15 de junho de 2016, o projeto ofereceu testagem rápida para HIV, sífilis, e hepatites virais aos 133 participantes entre a comunidade universitária da UFRR. O evento contou com a parceria da Secretaria Estadual de Saúde (SESAU) e cada participante realizou quatro testes, o que totalizou 532 aplicações, com o objetivo de aumentar a cobertura e o acesso às ações de saúde.

O serviço de Saúde, ao ir para o espaço acadêmico, proporciona o encontro da prática com a teoria aos estudantes de graduação e beneficia toda a população. A integração da Saúde e Educação, por exemplo, ocorre de forma sustentável, baseada na visão multisetorial e sinérgica que enfatiza a ação com outras áreas do setor público e privado (BRASIL, 2005). Ressalta-se que todas as autoridades, além das instituições públicas e privadas, devem elaborar estratégias para informar a população sobre as IST/HIV/Aids, a fim de reduzir as condições de vulnerabilidade dos jovens para as IST/HIV. Esse papel é um dos mais importantes desafios do trabalho de prevenção (BARBOSA et al., 2006).

Neste projeto de Extensão, buscou-se realizar a prevenção contra as IST/HIV/Aids e Hepatites virais, por meio de atividades com uma abordagem fundamentada nos estudos socio-culturais. Desta maneira, pautou-se na reciprocidade dialógica e no respeito à opinião do outro, o que exige reconstruções e reconfigurações constantes das abordagens e metodologias utilizadas. Nesta perspectiva, procuramos trabalhar com as diferenças (não a homogeneização), por considerarmos a inexistência de neutralidade nos discursos educativos em saúde. Ao participar do projeto de Extensão, os acadêmicos prestaram serviço à comunidade, o que servirá de experiência para seu futuro profissional. Os alunos desenvolveram ações de educação em saúde, na perspectiva da saúde coletiva, que propicia a convivência com os conflitos e soluções inerentes ao cotidiano do exercício profissional.

O projeto buscou proporcionar, ao acadêmico do curso de Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena do INSIKIRAN/UFRR, o conhecimento sobre as ações em educação em saúde a serem observadas para alcançar eficiência na prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis, Hepatites virais e do HIV/Aids, principalmente, entre a população jovem. Esse público, nos últimos anos, apresentou grande vulnerabilidade e exposição às situações de riscos físicos, emocionais e sociais. A Universidade estimula o debate, a pesquisa, o ensino e, o atendimento à comunidade externa, por meio da Extensão, o que amplia o intercâmbio de informações entre os acadêmicos, técnicos e professores da instituição com a sociedade.

Compreende-se que a Educação e Promoção em Saúde merece especial destaque dentro dos processos educacionais, nas políticas públicas saudáveis, na governabilidade, na gestão social integrada e na intersectorialidade, como estratégias para o desenvolvimento dos municípios de Roraima. Estes mecanismos operacionais precisam ser implementados para ampliar a qualidade de vida dos roraimenses. Neste sentido, a promoção da saúde defende e busca ações voltadas para a autonomia das comunidades indígenas e não-indígenas, além das instituições ligadas, direta e indiretamente, à saúde, com objetivo de fortalecer as políticas públicas no estado de Roraima.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. A. S. et al. Knowledge of adolescents regarding sexually transmitted infections and pregnancy. *Revista Brasileira de Enfermagem* [online]. 2017, v. 70, n. 5, pp. 1033-1039.

ALMEIDA, M A B; GUTIERREZ, G L; MARQUES, R. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. 142p.: il. ISBN: 978-85-64842-01-4.

ALVES, A. P. B. et al. Doenças e agravos mais prevalentes em uma comunidade indígena em Boa Vista-RR: relato de experiência. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, n. 26, p. e673, 18 jul. 2019.

ALVES, A S; LOPES, M. H. B. M. Conhecimento, atitude e prática do uso de pílula e preservativo entre adolescentes universitários. *Rev Bras Enferm*, Brasília 2008 jan-fev; 61(1):11-7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/revben/v61n1/02.pdf> Acesso em: 11/09/2017.

AYRES, JRCM; CALAZANS, GJ; SALETTI FILHO, HC; FRANÇA JÚNIOR, I. Risco, Vulnerabilidade e Práticas de Prevenção de Promoção da Saúde. In: CAMPOS, GWS et al. *Tratado de Saúde Coletiva*. 2ª ed. rev. aum. São Paulo: Hucitec, 2012, 399-442 p.

BARBOSA, R. F. et al. Conhecimento sobre DST/AIDS, hepatites e conduta sexual de universitários de São José do Rio Preto, SP. De uma universidade do sul do Brasil frente à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. *DST- Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis*, São José do Rio Preto, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/Aids/2019*. Brasília: Ministério da Saúde, Número Especial, dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Boletim Epidemiológico HIV/Aids de julho de 2017 a junho de 2018*. Brasília: Ministério da Saúde, Volume 49, nº 53. 2018.

BRASIL. Decreto nº 8.901/2016, publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17.

BRASIL. Ministério da Saúde. *BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO – HIV/AIDS*. Brasília, 2015. (Ano IV - nº 01, da 27ª à 53ª semana epidemiológica - julho a dezembro de 2014; da 01ª à 26ª semana epidemiológica - janeiro a junho de 2015).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. *Manual de Prevenção das DST/HIV/Aids em Comunidades Populares*. Brasília: Ministério da Saúde, Série Manuais nº 83. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Plano Estratégico Programa Nacional de DST e Aids 2005. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_estrategico.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_estrategico.pdf) Acesso em: 12/01/2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 56 p.

CAMARGO, B V; BOTELHO, L. J. AIDS, sexualidade e atitudes de adolescentes sobre proteção. Revista de Saúde Pública, Florianópolis, v. 41, n. 1, p. 61-68. 2007.

CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; novembro de 1986.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M.de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

LINDOSO, Diego Pereira. VULNERABILITY AND RESILIENCE: potentials, convergences and limitations in interdisciplinary research. Ambiente & Sociedade [online]. 2017, v. 20, n. 04, pp. 127-144.

MUÑOZ, L. A. et al. Significados simbólicos dos pacientes com doenças crônicas. Revista da escola de enfermagem, v. 4, n. 37, p. 77-84, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre Atenção Primária da Saúde – URSS, Alma-Ata. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1978.

PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. 730 p.

RABELLO, L S. Promoção da saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.228p.

RIBEIRO, F. V. et al. Estudo epidemiológico sobre o vírus da imunodeficiência humana (HIV) em indígenas do estado de Roraima entre 2010 a 2018. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 12, n. 7, p. e3447, 29 maio 2020.

SÁNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? Ciência & Saúde Coletiva, 12 (2): 319-324, 2007.

SOUZA, F. G; BONA, J. C; GALATO, D. Comportamento de jovens de uma universidade do sul do Brasil frente à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. DST- Jornal Brasileiro de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Florianópolis, v. 19, n.1, p. 22-29, 2007.



Os registros fotográficos desta ação referem-se aos anos de 2016 e 2017.

[prae.ufrr.br](http://prae.ufrr.br)



@ufrrofficial



@ufrrofficial



@ufrrofficial



@ufrrofficial

**PRAE**  
PRÓ-REITORIA DE  
ASSUNTOS ESTUDANTIS  
E EXTENSÃO



UFRR